



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1101/13	DATA: 14/08/2013	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 09h34min	TÉRMINO: 13h26min	PÁGINAS: 85

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO BERNARDO SILVA - Ministro de Estado das Comunicações.
SINCLAIR JAMES MAYER - General de Exército.
RAPHAEL MANDARINO JÚNIOR - Diretor do Departamento de Segurança da Informação e Comunicação — DSIC do GSI — Gabinete de Segurança Institucional.
OTÁVIO CARLOS CUNHA DA SILVA - Diretor do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento para segurança das Comunicações da ABIN.

SUMÁRIO

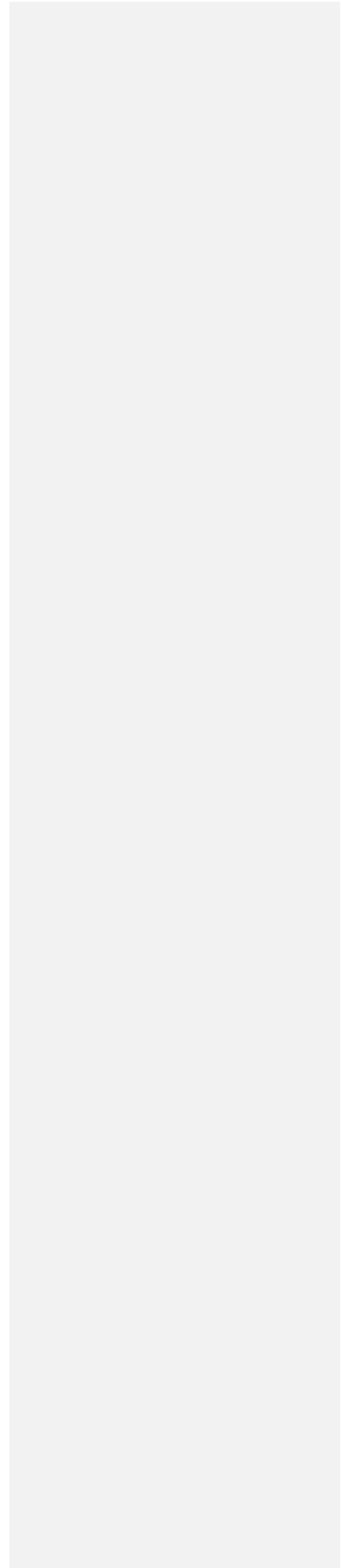
Debate sobre eventuais fragilidades nos sistemas de guarda e fluxo de conteúdo de informações pessoais, oficiais ou economicamente estratégicas do cidadão brasileiro, do Estado e do setor privado.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



CÂMARA DOS DEPUTADOS





O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Bom dia a todos.

Declaro aberta a presente audiência pública para debater eventuais fragilidades nos sistemas de guarda e fluxo de conteúdo de informações pessoais, oficiais ou economicamente estratégicas do cidadão brasileiro, do Estado e do setor privado.

Este evento tem a participação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Comissão de Defesa do Consumidor, Comissão de Legislação Participativa, e é fruto do Requerimento nº 214/2013, do ilustre Deputado e ex-Governador da Bahia Antonio Imbassahy e desta Presidência; do Requerimento nº 215/2013, do ilustre Deputado Newton Lima e do Deputado Sibá Machado; do Requerimento nº 216/2013, da Sra. Deputada Luiza Erundina e do Deputado Glauber Braga; e do Requerimento nº 217/2013, do Deputado Nelson Marchezan Júnior, todos deste Colegiado; também do Requerimento nº 473/2013, do Deputado Edinho Bez; do Requerimento nº 298/2013, do Deputado Nelson Pellegrino; e do Requerimento nº 192/2013, do Deputado Nelson Marchezan Júnior, requerimentos feita na Comissão de Defesa do Consumidor; e ainda do Requerimento nº 73/2103, do Deputado Glauber Braga, da Comissão de Participação Legislativa.

Julgo dispensável a leitura dos nomes dos convidados. Todos os senhores e as senhoras os conhecem, mas quero agradecer a presença nesta primeira Mesa do Sr. Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo; do General Sinclair James Mayer, do Ministério da Defesa; do Sr. Otávio Cunha, da ABIN; e do Sr. Raphael Mandarino, do GSI.

Quero agradecer também a presença — que muito nos honra neste plenário da Comissão de Ciência e Tecnologia — dos ilustres Presidentes das Comissões, Deputado José Carlos Araújo, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor; Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores; Deputado Edinho Bez, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com os quais haveremos de dividir a Presidência dos trabalhos nesta manhã.

Faço alguns esclarecimentos. Em razão do grande número de palestrantes, nós julgamos conveniente — e para tanto eu gostaria de pedir a anuência do



Plenário — a divisão em blocos para as palestras, as conferências e o debate. Portanto, eu sugiro ao Plenário desta Casa e aos senhores que compõem a Mesa que, após a fala das autoridades presentes, nós possamos abrir a palavra para as Sras. e os Srs. Parlamentares para as perguntas que desejarem fazer. Posteriormente, passaremos para a segunda Mesa. Ao final, ainda haverá uma terceira Mesa.

É claro que a objetividade nas manifestações não só dos palestrantes como também e principalmente das Sras. e Srs. Parlamentares será fundamental para que nós possamos encerrar a audiência dentro de um prazo razoável.

Esta audiência será transmitida ao vivo pela Internet, terá formato interativo, permitindo que o internauta faça comentários e dirija perguntas aos palestrantes, por meio de uma sala de bate-papo *on-line*, disponíveis no Portal e-Democracia, na página da Câmara dos Deputados.

Por imposição de normas internas da Casa, imposição esta prevista claramente no Regimento da Câmara dos Deputados, não será permitida, em hipótese alguma, a distribuição de material, ainda que pertinente ao debate, sem a prévia autorização desta Presidência. Eu peço aos senhores e às senhoras que nos assistem a compreensão para que, no momento das palestras e dos debates, não ocorra de forma alguma a distribuição de panfletos ou materiais informativos que possam alterar a tranquilidade das discussões.

Encerrada a reunião, todas as apresentações serão disponibilizadas na página desta Comissão.

Quero ressaltar que, obviamente, em caso de apresentação de eslaides, materiais pertinentes aos eslaides que serão apresentados, estes, sim, poderão ser distribuídos para que todos os membros e todos que nos assistem possam acompanhar a apresentação, já que a imagem fica exposta de forma que a Mesa não tem condições de visualizá-la. Neste caso, apenas neste caso, eu gostaria de solicitar que o material fosse encaminhado à Dra. Myriam, que é a Secretária da Comissão.

Informa-me a Dra. Myriam, Secretária da Comissão, que a *TV Câmara* está promovendo a cobertura permanente desta audiência pública.



Atento ao princípio da agilidade e da economia de tempo, passo inicialmente a palavra ao Sr. Ministro Paulo Bernardo, para sua exposição. Obviamente, não vou fixar tempo para S.Exa., que deverá ficar à vontade para usar o tempo que desejar. Logo após, passarei a palavra ao General Sinclair James Mayer, ao Sr. Raphael Mandarino Júnior e ao Sr. Otávio Carlos Cunha da Silva.

Nessa primeira parte das exposições, nós seremos um pouco mais flexíveis com o tempo, considerando a importância dos palestrantes. No segundo momento, nós fixaremos um prazo razoável, pedindo a todos que fiquem atentos ao tempo, que poderá ser acompanhado naquele relógio afixado na parede à minha esquerda.

Ministro Paulo Bernardo, V.Exa. tem a palavra.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Muito obrigado, Deputado Paulo Abi-Ackel, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, Deputado José Carlos Araújo, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Deputado Edinho Bez, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Quero cumprimentar os demais convidados, o Sr. Deputado Odair Cunha, o Sr. Raphael Mandarino e o General Sinclair Mayer, que vem representando o Ministério da Defesa.

Passo imediatamente à minha fala, Sr. Presidente.

Eu separei um conjunto de informações, que foi dividido em três tópicos principais: dimensões estratégicas da Internet e das telecomunicações, aspectos críticos nas comunicações globais e ações empreendidas pelo Governo.

No primeiro tópico, eu queria frisar questões que consideramos importantíssimas nesse contexto, que é o direito à privacidade e à intimidade dos cidadãos, que é uma coisa reconhecida em todas as democracias; liberdade de expressão e direito à informação, da mesma forma; a importância da segurança e da defesa cibernética; a inovação, novos modelos de negócios e defesa da concorrência, comércio eletrônico, tributação, direito do consumidor, e hoje cada vez mais presentes nas redes; inclusão digital, massificação dos serviços de telecomunicações; e governança internacional da Internet e soberania nacional, que



nós achamos que é um ponto absolutamente importante nesse debate todo que nós estamos fazendo.

A Constituição brasileira e a nossa legislação asseguram o direito à inviolabilidade da intimidade das pessoas, assim como a inviolabilidade do sigilo das comunicações de dados e telefônicas. Nós só temos uma exceção a essas regras. Para fins de investigação de crime ou de instrução de processo penal, é possível fazer a quebra dos sigilos, mediante ordem judicial. E é considerado crime pela nossa legislação — aliás, está na Constituição também — realizar a interceptação das comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo da Justiça sem a autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

As denúncias que nós temos visto nos últimos tempos, que com certeza foram o principal motivador desta grande audiência pública aqui na Câmara, dão conta de atividades de inteligência do Governo americano, mas com forte interferência na vida de outros países.

Eu quero, em primeiro lugar, reforçar aquela questão sobre segurança cibernética. Nossa visão é de que é preciso ter segurança e praticar política de segurança, sejam as questões de segurança nacional, crimes políticos, terrorismo, esse tipo de coisa, ou crime comum. Agora, isso tem que ser feito de maneira compatível com o respeito à privacidade do cidadão. Nós fazemos, por exemplo, segurança fora das redes, a segurança nas estradas, nos aeroportos, nos portos, controle de fronteira, mas isso não significa fazer devassa na vida dos cidadãos.

E as notícias têm dado conta de que milhões de *e-mails*, ligações e tráfego de Internet de brasileiros — estou falando brasileiros, porque é o que nos afeta diretamente, mas isso é do mundo inteiro — seriam monitorados por programas americanos de inteligência. Foi também falado sobre a existência de parceria operacional de empresas brasileiras de telecomunicações e de Internet com empresas americanas e também que o Brasil seria um dos alvos prioritários no monitoramento do tráfego de telefonia e dados e que teria havido espionagem de comunicações diplomáticas durante a V Cúpula das Américas, em 2009.

Estou citando a Cúpula das Américas, mas também foi denunciado que na própria ONU houve espionagem e que teria ocorrido monitoramento não apenas de metadados, mas também vigilância em tempo real das atividades de internautas

[CD1] Comentário: Sessão:1101/13
Quarto:3 Taq.:Silvia Rev.:



determinados. Essas denúncias saíram em grandes jornais do planeta e também nos nossos aqui.

Alguns aspectos sobre essas atividades. A mídia e também as instituições americanas, o Governo americano, principalmente em contato direto conosco ou em entrevista pela imprensa, quando falaram sobre esse assunto, citaram o mecanismo de coletar metadados. Há uma ilustração, e eu não vou ficar me prolongando porque ninguém vai enxergar mesmo, mas vai ficar a apresentação. É basicamente o seguinte: por exemplo, numa ligação telefônica, coletam-se o número do telefone de origem, o telefone de destino, a hora da ligação, quanto tempo durou a ligação. Isso seriam os metadados. Agora, a própria manifestação americana dirigida ao Governo brasileiro admitia que, caso houvesse necessidade, haveria um aprofundamento maior para se verificarem determinados conteúdos.

Ora, se você, num determinado momento, está examinando metadados e pode aprofundá-los, ver uma ligação determinada e fazer um aprofundamento, é porque você têm os dados que não exatamente só os metadados.

Então, ficou evidente, logo de cara, uma contradição. Basicamente, nós entendemos que o mecanismo mais simples, o mecanismo mais viável de fazer a coleta são os grandes, nós da comunicação internacional, comunicação via satélite, cabos submarinos, em que se consegue pegar o tráfego praticamente todo.

E uma coisa importante é que, na organização da Internet, a forma como ela se organiza hoje, há uma forte concentração do tráfego e das receitas do setor nos Estados Unidos. Isso se explica porque originalmente foi criada lá a Internet. Eu vou depois mostrar aqui a questão da administração formal da Internet mundial. As grandes empresas de Internet e de tecnologia são sediadas no território americano e têm lá os seus servidores, os computadores, que fazem o serviço, e também têm os grandes *data centers*, onde são armazenados os dados. Portanto, quando a gente está falando de acesso, significa o seguinte: se eu mandar um e-mail para o Presidente da Comissão, e se for um *e-mail* de uma rede pública, ele será armazenado nos Estados Unidos. Então, é inútil falar: “*Eu mandei o e-mail, mas não queria que fosse divulgado*”.

Eu não estou falando de redes. É importante, as pessoas às vezes perguntam, e o Presidente também mencionou, a questão da segurança dentro de



determinadas esferas. Por exemplo, a Câmara dos Deputados tem uma rede de *e-mails*. Se um Deputado manda *e-mail* para outro, dificilmente vai haver uma interceptação, a não ser que mande o *e-mail* para uma rede pública. Aí se está fazendo uma comunicação externa e, evidentemente, cai na mesma rede. Mas, se se estiver mandando dentro da rede, eu considero que é mais difícil, até porque não temos nenhuma notícia de invasão, seja da rede da Câmara, do Governo, das redes corporativas das grandes empresas brasileiras.

Um aspecto que eu queria mencionar é que nós temos um custo muito significativo só para fazer essas conexões. Quando nós navegamos, por exemplo, entramos num *site*, no Youtube, no Google, no Facebook, estamos fazendo uma comunicação com os Estados Unidos. E a forma de distribuição das receitas é muito favorável ao país que está sediando. Então, o que acontece? Nós temos aproximadamente 650 milhões de dólares por ano de despesa só com essas conexões internacionais.

A outra questão é que, como as grandes empresas são americanas, sediadas nos Estados Unidos, elas se submetem à legislação americana, e a legislação americana é muito clara, muito explícita. Em todos os contatos que nós fizemos com o Governo americano, eles deixaram claro que a empresa americana se submete à legislação do próprio país, inclusive se estiver atuando aqui. Portanto, está-se totalmente exposto a esse tipo de monitoramento.

Outra coisa é que essas empresas têm um modelo de trabalho, com publicidade segmentada, e também, como boa parte dos serviços é grátis — quando você entra no Google, o Gmail é grátis, você pode acessar o Youtube —, pressupõe-se que há uma coleta de dados, e qualquer usuário que queira pensar sobre o assunto vai falar: *“Bom, mas o cara vai me vender fralda descartável, vai vender passagens”*. Há dados que o pessoal divulga. Você está escrevendo um *e-mail* e fala em viagem, por exemplo, que quer ir para Dourados, no Mato Grosso do Sul, pode aparecer um anúncio lhe oferecendo uma viagem para Dourados, com preço bom. Nós não estamos discutindo isso. É a mesma coisa que você estar no *shopping*, passeando na praça de alimentação. Não pode reclamar se alguém vir o que você está fazendo, o que você comeu. Essas são atividades de esfera pública.



O que nós estamos discutindo, e nos preocupa, é a possibilidade de acesso a *e-mails*, comunicação privada que não tem nada a ver com a esfera pública.

Os termos de uso. Se alguém já se deu o trabalho de olhar, quando você entra para usar um serviço e baixa um aplicativo na Internet, a primeira coisa que aparece na tela é o seguinte: você tem que dar acesso a todos os seus dados, tem que dizer o número que calça, que roupa usa, enfim. Como 99,99% nem lê isso e aceita, está-se dando autorização para usar os dados. Então, isso combinado com a legislação americana, na minha opinião, é que gerou... Foi um sistema muito bem montado, em que hoje nós estamos, de fato, com grandes dificuldades para fazer mudanças.

Há a lei americana de assistência às comunicações, que exige que as empresas possam, inclusive, colocar dispositivos físicos no *hardware* ou no *software* para coletar informações no tráfego da rede. E uma coisa que mencionei rapidamente, mas eu queria detalhar mais, é a questão da governança da Internet mundial.

A Internet surgiu nos Estados Unidos, a partir de uma experiência de comunicação entre computadores de uma universidade; depois, quatro ou cinco universidades, em algumas localidades. A partir daí, passou a haver fortes investimentos governamentais, da NASA, de outros institutos de pesquisa, e fortes, fortes investimentos da área de defesa, dos Ministérios militares, das agências de segurança.

Quando a Internet se tornou um mecanismo mundial, ela já estava configurada com forte concentração nos Estados Unidos — vou mostrar depois aqui uma ilustração sobre isso. Hoje, formalmente, a Internet é governada por um mecanismo chamado ICANN, sediada na Califórnia, de natureza privada, vinculada ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos, da qual alguns governos participam apenas a título consultivo. Essa entidade é que dá os nomes de domínio. Todas as normativas para a Internet são feitas nessa entidade.

A Internet tem 13 servidores raiz no mundo, 10 ficam no território americano, 2 na Europa e 1 no Japão. Não tem nenhum no hemisfério sul. Nós temos em outros países, inclusive no Brasil, servidores espelho. O que significa isso? Que as informações atualizadas nos servidores raiz são reproduzidas, transmitidas depois

[CD3] Comentário: Sessão:1101/13
Quarto:5 Taq.:Waldeciria Rev.:



para esses servidores. Então, para pesquisa, você pode navegar só com o servidor espelho. Mas qual é a diferença? Se, por uma situação crítica qualquer, houver interrupção na comunicação, o servidor raiz vai continuar sendo atualizado e o servidor espelho vai ficar parado. Então, se ocorrer uma situação crítica que leve 10 dias, 15 dias, você vai navegar com os dados que havia no servidor raiz 15 dias atrás. E essa diferença é bem relevante.

Em vários fóruns, Presidente, inclusive na OIT — já falamos nas conferências da ONU —, o Brasil tem defendido uma descentralização maior. Acharmos que a governança da Internet tem que ser multilateral e até multissetorial, com participação mais ampla, como é a de um mecanismo para decidir regras para uma estrutura mundial. Por exemplo, se o Brasil quiser fazer uma regra para navegação marítima no planeta, provavelmente vai ser ridículo, porque um país não pode fazer uma regra para reger a navegação no mundo. A Internet tem muito mais gente navegando, e temos um país que faz as regras.

Bom, nós achamos também que essa situação pode configurar, ou com certeza configura, violação a normas de direito nacional e internacional: direitos fundamentais consagrados pela Constituição brasileira, em particular aqueles já citados da inviolabilidade do sigilo das comunicações, da intimidade da vida privada — isso está no art. 5º da Constituição; normas de direito internacional sobre proteção à vida privada e à correspondência, liberdade de opinião e expressão e respeito ao Estado de Direito, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; iniciativas internacionais em prol da transparência governamental — aquela história de parceria para governo aberto, que nós achamos que ficou bastante truncada; e preceitos internacionais relativos à sociedade da informação e à governança da Internet, em especial os art. 39, 42, 44, 46 da Agenda de Túnis.

Eu queria mostrar algumas coisas. Diante das informações veiculadas, mas também, em alguns casos, sem relação com elas, porque eram ações que já estavam sendo preparadas anteriormente, o que nós temos feito? Primeiro, nós estamos finalizando o processo de seleção para a empresa que vai fornecer o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, do Governo Federal.



O Brasil hoje se utiliza de equipamentos privados para fazer essa comunicação. Tanto a parte de comunicação civil do Governo quanto a parte de defesa propriamente dita, tudo trafega por um satélite privado. O sistema foi privatizado no fim da década de 90, e nós não temos substituição. Esse satélite terá a finalidade de comunicação com duas vertentes: uma, para defesa, que vai trafegar na chamada Banda X, isso é mundialmente reservado, uma radiofrequência para comunicações da defesa e comunicações estratégicas, e a Banda KA, uma banda de uso relativamente novo, recente, que vai servir para comunicações civis. A nossa previsão é que ele seja lançado provavelmente no fim de 2015, com cobertura de todo o território nacional, complementar à rede terrestre da TELEBRAS. E nós, como eu disse, estamos finalizando a seleção da empresa, devemos em breve assinar o contrato para que comece a construção.

Eu não sei se o Presidente da TELEBRAS vai participar de algum painel aqui, mas ele pode dar detalhes sobre esse satélite, porque nós adotamos alguns mecanismos de segurança também na comunicação, particularmente na Banda X, comunicações estratégicas e militares, mecanismos especiais que vão ser gerenciados pelas Forças Armadas, e, na Banda KA, os *gateways*, os locais de controle terrestre, também terão pelo menos três estratégias de proteção das informações. Então, com certeza, isso vai nos dar mais segurança.

Outra ação que nós estamos desenvolvendo é a expansão da rede de cabos submarinos. Estamos definindo a construção de um novo cabo submarino para os Estados Unidos, um para a Europa e outro para a África, em parceria com o Governo de Angola. Isso tem a vantagem de permitir o nosso tráfego internacional sem ter que passar exclusivamente pelos Estados Unidos.

Também estamos negociando, e já implementando, conexões com os nossos vizinhos da América do Sul. Recentemente, fizemos uma conexão com o Uruguai, em Santana do Livramento e Rivera, duas cidades-irmãs na fronteira sul. Também estamos já em fase final de tratativa para fazer mais uma conexão, já temos uma, com a Argentina. No final de setembro, deve chegar ao Acre, e à fronteira lá em Assis Brasil, um pouco depois, e nós pretendemos fazer uma conexão com o Governo peruano, que também está construindo rede, e deve chegar à fronteira, em

[CD4] Comentário: Sessão:1101/13
Quarto:6 Taq.:Waldeciria Rev.:



Iñapari, cidade-irmã de Assis Brasil. Nós achamos que isso ajuda a diminuir o tempo e o custo das conexões de Internet no País.

Fizemos uma medida no regime especial para o Plano Nacional de Banda Larga a fim de estimular a construção de *data centers* locais e troca de tráfego no Brasil. Achamos que isso nos dá maior garantia de observância da legislação brasileira quanto à privacidade, à defesa do consumidor e aos padrões da indústria, entre outras questões, redução dos custos de conexão internacional, melhoria da qualidade percebida pelo usuário na navegação e desenvolvimento de novos serviços e negócios vinculados à análise e coleta de dados.

Temos várias medidas de estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologia nacional. E, por conta dos últimos acontecimentos, fizemos já reunião com o Ministro Raupp e estamos revendo os programas de estímulo à inovação do Ministério, para reforçar a ênfase nessa área de tecnologia de telecomunicações.

Estamos em diálogo com o Relator do Marco Civil da Internet para reforçar alguns pontos que nós achamos importantes. Uma coisa que nós pedimos para incluir no marco civil foi a obrigatoriedade de o tráfego da Internet ter os seus registros armazenados no Brasil. E achamos isso absolutamente importante.

Alguém pode dizer: “Mas, provavelmente, a empresa vai guardar lá fora também”. Mas nós vamos dispor na nossa legislação sobre o que uma empresa vai fazer lá fora. Nós vamos dizer o que vai fazer aqui. Por exemplo, nós temos um caso que foi amplamente noticiado, e é bem possível que os Parlamentares destas Comissões tenham visto. O Google, numa ação judicial, foi intimado a fornecer dados de navegação de uma pessoa que estava sendo investigada por crime de lavagem de dinheiro e outras coisas e alegou no STJ que não podia fazê-lo, porque os dados são armazenados nos Estados Unidos. Então, pela visão da empresa, nós teríamos que pedir autorização ao Governo americano para que ele nos cedesse esses dados. Como a nossa Constituição e a nossa Legislação são muito claras sobre essas questões, o STJ determinou que eles entregassem os dados sem fazer esse tipo de consulta.

Também pedimos que fossem reforçadas na Lei do Marco Civil da Internet as questões de garantia do direito à privacidade e liberdade de expressão nas comunicações, como condição para o pleno exercício de direito de acesso à

[CD5] Comentário: Sessão:1101/13
Quarto:7 Taq.:Carlos Eduardo Rev.:



Internet. Também está em fase final de preparação o projeto de lei sobre proteção de dados pessoais. Isso vem complementar o trabalho que nós estamos fazendo com o Congresso na questão do marco civil. Por conta das denúncias publicadas, foram abertas duas investigações: uma na ANATEL, que fez um alentado pedido de informações para as empresas.

Está aqui o Conselheiro Jarbas, que é Vice-Presidente. A última notícia que eu tenho é que as empresas, porque o número de informações era muito detalhado, pediram adiamento do prazo para fazer a resposta. Mas esse trabalho está sendo encaminhado, principalmente sobre vulnerabilidade de equipamentos de redes de telecomunicação.

E o Ministério da Justiça, depois de um pedido das Comunicações, solicitou e a Polícia Federal abriu também um inquérito. Nós recebemos já o primeiro informe de que o inquérito está em andamento. Não temos resultados ainda para informar.

Na esfera internacional, nós fizemos, como dissemos aqui, contatos com o Governo americano. O Embaixador procurou vários Ministros brasileiros e conversou. Também o Vice-Presidente americano Joe Biden ligou para a Presidente da República e propôs que uma comissão brasileira de técnicos fosse aos Estados Unidos, o que foi aceito. E também mandaremos uma missão de caráter mais político, provavelmente chefiada por um Ministro.

E a Presidenta já deixou claro que, não satisfeita — e nós não estamos satisfeitos, até o momento, com as informações e os esclarecimentos prestados —, nós levaremos essa situação para algum fórum internacional, provavelmente, alguma instância da ONU, sobretudo porque achamos que esse é um problema mundial. Isso vai ter que ter uma discussão que extrapole a mera discussão bilateral.

Estamos discutindo com mais veemência a necessidade de espaços de diálogo multilateral sobre governança da Internet. Essa situação de concentração nas mãos de uma entidade privada, de um mecanismo que é usado por todos no mundo, em nossa opinião, é insustentável.

Ontem, estive aqui o Secretário de Estado, John Kerry. Eu não estive com ele, mas vi algumas declarações. De maneira geral, os americanos têm se manifestado assim: *“Olha, nós cuidamos de proteção da segurança nacional americana”*. E acho que ninguém pode ser contra eles fazerem isso. A questão é



como nós vamos nos relacionar com isso e, basicamente, como os direitos que as democracias asseguram para os seus cidadãos vão ser tratados numa situação como essa.

Na sexta-feira, o Presidente Obama anunciou que vai fazer mudanças na legislação americana para, segundo o anúncio, estabelecer medidas de maior transparência na legislação, vai reformar a Lei Patriótica e criar um grupo de especialistas para, em 60 dias, apresentar um relatório revisando as tecnologias de inteligência e comunicação. E também a Agência Nacional de Segurança americana publicou o que eles chamam de *white paper*, um relatório buscando esclarecer, na verdade, sem grandes novidades. Na publicação desse *white paper*, nós temos que aguardar o que vai acontecer nessa mudança da política. Mudança não, alguns ajustes que eu acho que eles vão fazer nas políticas.

Nós tivemos uma reunião também na sexta-feira, no Peru, com os Ministros da Comunicação, da UNASUL, na qual foi produzida uma carta rechaçando essa política de interceptação de comunicação, sem autorização das autoridades competentes. E, com o devido processo, fizemos a divulgação desse documento.

Sr. Presidente, eu queria dizer, para encerrar, que esse problema é do Brasil, mas também é um problema mundial. Na Europa, foi noticiado que o Parlamento europeu, em Bruxelas, estava sendo monitorado nas telefonias e na Internet. Há notícias de que os governos da França e da Alemanha estavam sendo monitorados.

Os países estão discutindo como tratar essa questão. A França anunciou algumas medidas. A Alemanha anunciou também, nesta semana, algumas medidas, inclusive a obrigatoriedade de armazenamento dos dados em território alemão. Isso já existe na Coreia. Eu ouvi esses dias alguém falar que isso não existe em lugar nenhum. Bom, o fato de não existir em lugar nenhum não quer dizer que não tenhamos que discutir. Mas existe na Coreia, e a Alemanha acabou de decidir isso.

Nós achamos que é importante decidir numa medida legislativa. E, sobretudo, nós temos que propugnar isso, trabalhar e lutar para que haja uma governança mais aberta na Internet, com mecanismo multilateral, como o que rege a aviação mundial, a saúde, a navegação marítima, várias atividades econômicas que asseguram o direito de ir e vir e que são regidas por tratados internacionais, o que pode ser objeto de uma lei nacional.

[CD6] Comentário: Sessão:1101/13
Quarto:8 Taq.:Lelaine Rev.:



Presidente, era isso que eu queria dizer inicialmente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Sr. Ministro, muito obrigado pela sua manifestação, sua fala, sua palestra.

A mim, pessoalmente, agrada muito a informação que V.Exa. traz de que o Governo brasileiro não se deu por satisfeito com as explicações do Secretário de Estado norte-americano, John Kerry. Na minha modesta opinião, de fato elas são um tanto pretenciosas, na medida em que ele faz afirmações taxativas. Segundo consta da edição de hoje do jornal *Folha de S.Paulo*: “O Secretário de Estado John Kerry defendeu o monitoramento global feito pelos Estados Unidos. Kerry afirmou que a medida visa garantir a segurança dos cidadãos de todo o mundo”. Eu quero acreditar que ele não tenha sido feliz nessas declarações e muito me satisfaz ouvir de V.Exa. que o Governo brasileiro não se deu por satisfeito com essas informações.

Antes de passar a palavra ao General Sinclair, darei a palavra, pelo tempo que desejarem, aos ilustres Presidentes da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado José Carlos Araújo, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Deputado Nelson Pellegrino, e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Edinho Bez. Logo após, vou passar a palavra ao General Sinclair para continuidade dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Bom dia, senhores da Mesa, Ministro Paulo Bernardo, General Sinclair, Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Deputado Edinho Bez, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira.

Eu acho que, para economia de tempo, nós não devemos falar. Vamos nos reservar para as perguntas e deixar que os expositores falem, porque a plateia é muito grande e, se cada Presidente for falar pelo menos por 5 minutos ou 10 minutos, vai tomar o tempo. Mais à frente, nós falaremos e faremos nossas perguntas. Não sei se os outros Presidentes concordam com esse pensamento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom dia a todos. Eu concordaria, mas quando vamos ter o momento de fazer as perguntas? Seria depois das exposições da Mesa? (Pausa.) Tudo bem.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Também concordo, Presidente.

[CD7] Comentário: Sessão:1101/13
Quarto:9 Taq.:Ângela Ventura Rev.:



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputado Edinho Bez.

General Sinclair, V.Exa. tem a palavra.

O SR. SINCLAIR JAMES MAYER - Sr. Ministro Paulo Bernardo, Sr. Presidente, Deputado Paulo Abi-Ackel, Srs. Presidentes das diferentes Comissões que compõem a Mesa, Srs. Parlamentares, demais integrantes desta Mesa, senhores convidados, imprensa, fui designado pelo Sr. Ministro da Defesa para esta intervenção junto às Comissões para fazer uma ambientação sobre a participação ou sobre a estrutura da Defesa a respeito dos assuntos que estão aqui sendo discutidos.

A estrutura da Defesa, senhores, atua basicamente em três áreas. Ela opera as redes estratégicas das diferentes Forças. Essas redes estratégicas são operadas segundo critérios adotados no Brasil em geral e internacionalmente e todas elas dispõem de centros de tratamento de incidentes de rede, que são supervisões realizadas ao longo do tempo, durante todo o tempo, para verificar a preservação do funcionamento dessas redes. Nós operamos também através de centros de desenvolvimento de sistemas nacionais, uma das vulnerabilidades apresentadas aqui pelo Sr. Ministro Paulo Bernardo. Mais recentemente o Exército recebeu o encargo de conduzir as atividades do Centro de Defesa Cibernético.

Acompanha-se uma tendência global, mundialmente já se faz isso em vários países. Nós já temos conhecimento e já temos visitado algumas estruturas: a americana, a inglesa e de outros países também.

O CDCIBER, como o próprio nome indica, destina-se à preservação das redes de interesse estratégico. Inicialmente, ele tem uma vocação para a área de defesa, mas entre as suas missões também está a colaboração com as agências nacionais que têm interesse na área da defesa cibernética.

Ele já está em plena atuação, é uma atividade entre as Forças, já atuamos em alguns eventos de uma forma colaborativa com as demais agências nacionais que têm interesse nesse tema. Participamos da Rio+20, da Copa das Confederações, da Jornada Mundial da Juventude e estamos também programados para participar dos demais eventos que o Brasil vai assumir daqui a algum tempo.



Em todas essas oportunidades o CDCIBER, com a colaboração dessas agências — e sem a colaboração delas é impossível fazer isso —, demonstrou que tem capacidade para manter em elevado nível a questão da segurança, particularmente das redes de interesses estratégico para o Governo e para as Forças Armadas.

Eu destaco mais uma vez a colaboração das agências governamentais. Como eu disse, sem a complementação dos dados que elas fornecem, fica muito difícil ao Exército conduzir essa atividade.

O Sr. Ministro também já tocou no tema, eu tinha agendado o tópico aqui na minha apresentação, sobre a questão dos provedores de serviços. Todos os nossos provedores de serviço obviamente são nacionais, mas eles se utilizam de alguns *links* de que nós não temos pleno domínio. É o caso, por exemplo, como foi mencionado, da questão dos satélites. Nós tínhamos, há alguns anos, aquela série BRASILSAT, que depois foi incorporada na privatização por uma empresa estrangeira, e é hoje, talvez, a nossa principal provedora, a EMBRATEL, e que os satélites que utilizamos fazem parte de um conjunto chamado Star One.

Uma notícia muito auspiciosa é essa da possibilidade de nós já contarmos com o satélite na banda X, no caso militar, e na banda Ka, no meio civil. Já contar com esse satélite nos oferece uma condição de segurança muito maior. Dentro das redes corporativas das Forças Armadas, das redes estratégicas, nós nos utilizamos muito também de redes metropolitanas, de anéis de distribuição, o que nos assegura uma condição muito boa em relação à preservação da integridade dessas redes.

Eu sintetizaria essas atividades todas, dizendo que nós cumprimos padrões internacionais. Temos as vulnerabilidades dos equipamentos.

O Sr. Ministro também mencionou o caso, por exemplo, da utilização dos ativos de redes, equipamentos que se destinam ao gerenciamento das redes, como os roteadores, *switches* e demais componentes de rede. Esses equipamentos são importados. A indústria nacional não tem condições hoje de oferecer plenamente todos os equipamentos necessários, tanto na área de telecomunicações como na área de redes essencialmente.

No caso da Defesa, nós estamos organizando um centro de certificação desses equipamentos para que eles possam ser utilizados de maneira mais segura.

[CD8] Comentário: Sessão:1101/13
Quarto:10 Taq.:Antonio Morgado Rev.:



Todos nós entendemos que existe a possibilidade de haver nos componentes que compõem esses equipamentos *backdoors*, portas que darão o acesso a informações, ou a vazamento de informações não desejadas.

A certificação desses ativos de rede está praticamente implantada. Tendemos a operá-la já a partir do ano que vem. Isso é um grande avanço. Agora, o grande avanço mesmo seria uma indústria nacional que nos fornecesse esse tipo de equipamento. Nós já demos alguns passos, mas eles ainda são bastante modestos, bastante pequenos em relação às necessidades do País.

No trabalho que nós realizamos com as diferentes agências, observamos também, e com muita clareza, o atendimento de padrões internacionais. O Brasil faz aquilo que os países mais evoluídos fazem em termos de segurança. O Sr. Ministro fez as ressalvas que existem naturalmente e que só dispositivos internacionais, acordos e demais mecanismos — mecanismos essencialmente técnicos — podem colaborar para melhorar essa condição.

De uma maneira geral, esta é a intervenção da Defesa. Depois, na fase das perguntas, eu me coloco à disposição dos senhores para esclarecer algum ponto mais importante.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, General Sinclair.

Na sequência, passo a palavra ao Dr. Raphael Mandarino Júnior.

O SR. RAPHAEL MANDARINO JÚNIOR - Muito obrigado, Presidente.

Ministro Paulo Bernardo, Presidente desta Mesa, Deputado Paulo Abi-Ackel, demais Presidentes de Comissões, Srs. Parlamentares, colegas, senhoras e senhores, tenho a honra de estar aqui representando o General José Elito Carvalho Siqueira, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

A nossa presença aqui diz respeito à atividade que nós exercemos no Gabinete de Segurança Institucional, qual seja a segurança da informação. Aliás, no ordenamento jurídico nacional, só existe a expressão “coordenar a atividade da segurança da informação” dentro das atribuições do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.



Em 8 de maio de 2006, foi criado um departamento que tenho a honra de dirigir, o Departamento de Segurança da Informação e Comunicações, que tem a missão de coordenar as atividades da segurança da informação.

Na verdade, nós temos três grandes divisões dentro do Departamento. A primeira é fazer normas e capacitação. Como os senhores sabem, qualquer pessoa ou qualquer cidadão pode fazer tudo que não seja proibido; o servidor público só pode fazer aquilo que é permitido.

Como a nossa atividade, a segurança da informação para a administração pública, nós internalizamos as regras internacionais, os modelos de gestão da informação e da segurança da informação que estão à disposição em todo o mundo. Trouxemos isso para dentro do ordenamento jurídico nacional.

Hoje, então, temos 3 instruções normativas e 18 normas complementares que cobrem desde como fazer um projeto de segurança da informação até o tipo de criptografia usar para determinada informação que seja sensível ao Estado brasileiro. É bem verdade que isso está em plena implantação. Nem todos cumprem essas normas. O Tribunal de Contas da União passou a nos auxiliar, ao determinar, em agosto do ano passado, num acórdão, que as normas elaboradas pelo Gabinete de Segurança Nacional são obrigatórias, e a responsabilidade cabe ao gestor de cada órgão. Isto fez com que o fluxo de procura para implantação das normas aumentasse bastante.

A segunda divisão que nós temos no Departamento é a Coordenação de Respostas a Acidentes de Rede. O Brasil hoje tem cerca de 320 grandes redes no Governo Federal. Minha missão é só administração pública federal. Entre essas 320 grandes redes, eu posso exemplificar aqui os Correios, com sedes em todos os Municípios, com redes locais, regionais e nacionais. Eu conto os Correios como uma rede; o SERPRO, dois; a Defesa, três. São 320 grandes redes desse tamanho que o Brasil tem. São 6 mil órgãos públicos, com 1 milhão e 400 mil servidores públicos, e a grande maioria com um computador à sua frente. A regra que nós temos é para que essas pessoas defendam as informações que não são delas; são do Estado. Os servidores são meros fiéis depositários delas.

A terceira grande divisão que nós temos é o Credenciamento e Segurança. Pela Lei de Acesso, recentemente aprovada nesta Casa e que entrou em vigor, todo

[CD9] Comentário: Sessão:1101/13
Quarto:11 Taq.:Antonio Morgado Rev.:



servidor público, para lidar com informações sigilosas, seja qual for o nível, precisa ser credenciado, assim como as empresas e os órgãos públicos. E esse credenciamento é feito dentro do Departamento, já que a Lei de Acesso deu ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional a atribuição de ser a autoridade nacional de certificação ou de segurança. É o que está dito lá. E nós estamos exercendo essa atividade.

Para isso, nós fazemos acordos internacionais, propostas e trocas de informações sigilosas com outros países. Alguns desses acordos já foram assinados. Eles estão sendo revistos por conta da implementação da lei que muda. Terminou, por exemplo, o confidencial da legislação brasileira. Precisamos, então, adaptar a nossa atividade.

Em relação a números, na parte de capacitação, o que mais nos orgulha é termos cerca de 600 servidores públicos no nível de especialistas, titulados pela Universidade de Brasília. É um curso de cerca de 500 horas, sem abrir mão do seu trabalho no local de trabalho. Nós temos, em média, 80 candidatos para cada uma das vagas. Um curso está em pleno andamento, e ele é feito só para servidor público estável e de carreira. Já temos 600 formados. E é uma atividade que nos orgulha muito, porque capacitar é uma palavra-chave para a segurança da informação.

Outros números paralelos as 320 grandes redes. As redes de Governo no Brasil sofrem hoje 2.100 tentativas ou incidentes por hora. Estes são os números que nós temos: 2.100 incidentes por hora. Dentro daquela equipe de Respostas a Acidentes de Rede do Departamento, nós atendemos 60 incidentes por dia, em média. O que estou dizendo? No Governo Federal, todas as grandes redes têm a sua equipe de respostas a acidentes de rede. Elas já tratam do incidente lá na ponta. Aquilo que elas não conseguem resolver mandam para a minha equipe, a última a analisar, costumo brincar, o BOPE da Internet. A gente ataca só no final. E nós tratamos de 60 incidentes por dia. Esses incidentes chegam de manhã e são resolvidos até o final do dia. Ninguém vai embora enquanto não for resolvido o último incidente. Nós temos uma média de incidentes, e V.Exas. podem imaginar... As equipes defendem suas redes, e os incidentes que nos chegam são vírus não conhecidos, que os antivírus não pegam, ou tentativa de invasão realmente, uma



coisa mais séria, de roubo de informação. São 60 coisas desse tipo que a gente resolve todos os dias, ou dá encaminhamento a elas.

Talvez valesse a pena complementar que essas normas, essas instruções normativas, feitas pelo Gabinete, não foram pensadas lá apenas. O Decreto nº 3.505, de junho de 2000, criou o Comitê Gestor de Segurança da Informação. Este Comitê reúne 18 Ministérios e 62 órgãos. Estão lá representantes dos Ministérios das Comunicações e da Justiça, assim como da PETROBRAS, do SERPRO. São 62 órgãos que pensam em segurança da informação e que fizeram a proposta dessas normas para regulamentar a atividade dentro da administração pública federal.

Hoje, às 15 horas, nós vamos lançar um algoritmo de segurança da informação, de criptografia, um algoritmo de Estado. Quando falamos em vazamento, em fragilidade das redes, nós sabemos — já foi dito aqui — que os equipamentos são frágeis. Nós não os fabricamos. Eles têm *backdoor*, até pela lei americana ou então por alguma atividade do país onde foi fabricado ou projetado.

As redes não passam necessariamente ou não ficam só no território nacional; elas, pela própria razão de ser da Internet, viajam o mundo todo. Então, num primeiro momento, parece-me, temos de criptografar a informação sensível do Governo Federal. E criptografar não é com o algoritmo que está no mercado, é com o algoritmo de Estado, aquele que só nós, só o Brasil, só os técnicos brasileiros saibam qual é o algoritmo.

Hoje, nós vamos lançar dois produtos, nessa reunião do Comitê Gestor de Segurança da Informação que vai ser presidida pelo Ministro Elito. Vamos apresentar à administração pública federal os dois algoritmos feitos em parceria com o CEPESC, da ABIN, e o meu colega Otavio que está aqui vai falar depois sobre isso.

Esse algoritmo já tem 12 ou 13 anos de utilização, plenamente seguro, nunca foi quebrado. Ele é usado em várias atividades. Todos os adidos militares brasileiros usam essa criptografia. A urna eletrônica usa essa criptografia. Eu não vou entrar no mérito aqui sobre o restante da urna, mas a criptografia nunca foi quebrada nesse tempo todo, e nas próprias comunicações que a Agência Brasileira de Inteligência faz com seus adidos no Brasil e no exterior.

[CD10] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:12
Taq.:Antonio Morgado Rev.:



Isto vai ser posto hoje à disposição de toda a administração pública, principalmente àquelas autoridades que a Lei de Acesso deu o direito ou a obrigação de classificar as informações nos níveis que temos hoje.

No Brasil, quando eu falei em segurança da informação, só aparece na legislação brasileira a expressão “coordenar a segurança da informação”. E aparece num sentido muito mais amplo do que estamos falando aqui. Segurança da informação num departamento, e é a nossa missão na administração pública federal, é também o papel em cima da mesa, é onde se guardam documentos, é também capacitar o servidor público para ele não falar o que não deve e até orientar os pesquisadores em pesquisas sensíveis ao Estado até onde eles podem ir num evento internacional, ou o que eles devem proteger do conhecimento nacional para que isso não vaze.

Os senhores sabem tão bem quanto eu das atividades da PETROBRAS, da exploração do pré-sal, da borda de ataque da asa, por exemplo, de uma empresa como a EMBRAER que atende a Aeronáutica, uma tecnologia própria que nós precisamos proteger. Tudo isso faz parte desse conjunto de pessoas que se reúnem no Comitê e pensam a segurança da informação.

Então, eu tenho a segurança da informação como um todo que vai do papel às pessoas, o *fax*, aquela impressora corporativa que todo mundo manda por *e-mail* e ninguém sabe o que tem lá e também a da área de tecnologia, que nós dividimos em duas partes: segurança e defesa cibernética.

Na segurança da cibernética, nós estamos olhando para dentro do Governo, para as vulnerabilidades, aquelas que todos nós aqui, todos os órgãos atuam, a ANATEL, o Ministério das Comunicações, a Polícia Federal, todo mundo trabalha na área de segurança da informação, onde, *grosso modo*, estão as vulnerabilidades, aquilo que está nas nossas redes. As ameaças que vêm de fora estão a cargo da defesa cibernética.

Então, a divisão aqui é segurança para dentro e defesa para fora. E é óbvio que é uma separação meramente didática porque essas coisas não se separam. O trabalho tem que ser de cooperação, tem que ser todo mundo conversando. E nessa área, até agora felizmente, dentro do Governo, os gostos são todos conhecidos.



Estão todos há muito tempo nisso e se conhecem. É um trabalho de confiança, olho no olho.

Se eu tivesse que colocar hoje aqui qual a expectativa que nós temos do ponto de vista técnico — e estou falando aqui como técnico —, diria que é o aumento da capacitação dos servidores, levar cada vez mais o conhecimento sobre segurança a esses servidores; cooperação entre os órgãos — precisamos falar mais e trocar mais informações —; e uma coordenação, já que trabalhamos em nosso mandato, para a administração pública federal. Mas isto não é o suficiente. Qualquer celular hoje que esteja na mão dos senhores é uma janela para atacar qualquer rede, inclusive a rede do Governo.

Deputado, essa era a colaboração que eu queria dar. Estou à disposição para as perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Dr. Raphael Mandarino Júnior.

Passo a palavra, na sequência, para o Dr. Otávio Carlos Cunha, da ABIN.

O SR. OTÁVIO CARLOS CUNHA DA SILVA - Bom dia, Ministro Paulo Bernardo, Deputado Paulo Abi-Ackel, demais Presidentes das diferentes Comissões, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, nossos colegas de muito tempo de trabalho. Estou aqui representando do Dr. Wilson Roberto Trezza, Diretor-Geral da ABIN.

A nossa missão ficou bem mais fácil após a exposição do Ministro Paulo Bernardo. Eu estava comentando com o Dr. Mandarino que o Ministro deu uma cobertura geral sobre esse problema. Apresento a nossa questão básica.

Como técnico que trabalha na área há 30 anos e coordena o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para Segurança das Comunicações — e fazemos esse trabalho em prol da segurança do Estado brasileiro —, desenvolvemos algoritmos criptográficos de Estado e soluções que implementem esses algoritmos nas diversas redes de comunicação. Isso nós vimos desde a época em que o telex ainda era um grande meio de comunicação — várias pessoas, inclusive minhas filhas, nem têm ideia do que vem a ser um telex — até hoje em dia, quando nós estamos falando de comunicação via Internet, celular e muito provavelmente comunicações intercarros.

[CD11] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:13 Taq.:Silvia
Rev.:



O nosso trabalho é árduo, quase anônimo. Até por necessidade das nossas funções, somos quase anônimos na comunidade científica, porque não publicamos resultados, pois esses resultados são do Estado brasileiro. E a tendência é que nós levemos a todos os órgãos da administração pública uma garantia da segurança da informação.

Trabalhamos muito em conjunto com o DSIC, do GSI, que fazem, como o Dr. Mandarinou falou, toda a parte de coordenação, cooperação, formação — principalmente dos recursos humanos — da administração pública federal. Também damos apoio a algumas organizações que solicitam, fora da administração pública, como o TSE, na segurança da urna eletrônica, no caso do algoritmo, que faz a criptografia do envio dos boletins de urna — e somente nisto, não na mecânica nem na parte operacional.

A nossa missão vem a ser essa pesquisa científica e tecnológica, porque os desenvolvimentos são proprietários, são nacionais. Nós não temos nenhuma colaboração de órgãos internacionais. O orgulho que nós temos de trabalhar com essa equipe é por podermos ter desenvolvido para o Brasil, por brasileiros, um algoritmo que protege as comunicações do Estado brasileiro nesses últimos 30 anos. Temos, via DSIC e solicitações individuais, fornecido soluções para diversos Ministérios e para a Presidência da República.

Qual é a nossa ideia, diante do problema que está em pauta na mídia mundial? Quais seriam as soluções? Não sei quais seriam as soluções. O Ministro elencou várias soluções, e eu acrescentaria que o domínio da tecnologia é a grande solução. Isso é o que temos que buscar. É difícil, é complicado, é oneroso, mas nós temos que ter isto como foco: buscar o domínio da tecnologia que nós empregamos nas comunicações do Estado brasileiro.

Quanto à questão do cidadão e do setor privado, obviamente os limites de segurança são diferenciados, mas acho que passa também por uma questão de formação, principalmente dos nossos cidadãos. São importantes os programas que são feitos pelo CGI, o Comitê Gestor da Internet, pelo Link BR, as cartilhas de informação.

Há uma coisa que eu considero fundamental: deveria fazer parte do nosso currículo, do currículo de todas as escolas, não só das escolas particulares, mas de



toda e qualquer escola, principalmente daquela geração que está agora começando a ter contato, a geração Z — não sei o que vem depois da geração Z, estou preocupado —, uma formação básica com relação à segurança da informação. Se eu tivesse alguma coisa para dizer como engenheiro, seria isso.

No mais, o nosso trabalho é este: trabalhar em prol da segurança do Estado brasileiro.

Basicamente, era o que eu tinha a dizer. Coloco-me à disposição para as demais perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Dr. Otávio Carlos Cunha da Silva.

Na sequência dos trabalhos, quero passar a palavra aos Presidentes das Comissões que contribuem com o nosso trabalho, que são também autores dos requerimentos. Vou inicialmente passar a palavra ao autor do requerimento e Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Deputado Nelson Pellegrino; na sequência, ao Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado José Carlos Araújo, e aos autores do requerimento da Comissão de Ciência e Tecnologia, Deputados Antonio Imbassahy e Newton Lima.

Deputado Nelson Pellegrino, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Deputado Paulo Abi-Ackel, meu amigo; Deputado José Carlos Araújo, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor; Deputado Edinho Bez, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle; Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo; General Sinclair Mayer, que aqui representa o Ministro Celso Amorim, Ministro da Defesa; Dr. Otávio Cunha, da ABIN; e também Dr. Raphael Mandarino, do GSI, eu ouvi atentamente todas as exposições. Antes de formular minhas perguntas, quero fazer alguns comentários.

Na semana passada, numa audiência conjunta da Comissão de Relações Exteriores da Câmara e do Senado, nós ouvimos o jornalista de nacionalidade americana Greenwald, do *The Guardian*, um periódico inglês. Ele teve oportunidade de uma longa conversa com o Snowden e tem inclusive os arquivos do Snowden. Ele fez afirmações, Ministro, muito veementes, a primeira delas desmentindo



inclusive a afirmação de autoridades dos Estados Unidos de que o programa de monitoramento não se limita apenas a monitorar metadados. O programa dos Estados Unidos invadiu *e-mails* no mundo inteiro, invadiu comunicações telefônicas. Eu queria que V.Exa. e também os demais membros da Mesa pudessem discorrer — principalmente o Ministro Paulo Bernardo, que integra uma Comissão constituída pela Presidente Dilma Rousseff que tem dois níveis, o ministerial e o técnico — sobre se nós já tivemos dimensão do significa um programa chamado XQ Core, o programa de monitoramento.

Também segundo informação do jornalista Greenwald, não só houve interceptação de conteúdo de *e-mails* e ligações telefônicas, com ampla espionagem, em todos os planos: chefes de Estado e dirigentes foram interceptados, empresas também tiveram suas comunicações interceptadas, e cidadãos brasileiros também.

Ele nos informara também que esse programa, no mundo inteiro, mobiliza 60 mil pessoas, das quais 4 mil manipulam e manuseiam informações estratégicas, inclusive o Sr. Snowden, que era de uma empresa terceirizada. Portanto, há um risco muito grande de vazamento e de venda de informações. Aliás, eu comentava isso ontem com o Embaixador Thomas Shannon, no almoço oferecido ao Secretário John Kerry no Itamaraty. É outra coisa muito preocupante também.

E o jornalista também revelou à nossa Comissão e à do Senado que as empresas dos Estados Unidos cooperam com esse programa. Microsoft, Google e Facebook, todos cooperam, inclusive amparadas numa lei chamada FISA, uma lei que, juntamente com o *Patriot Act*, chega ao ponto de isentar essas empresas de responsabilidade criminal e cível pela violação desses dados fornecidos a partir desse programa. Isso também nos preocupa muito.

Dito isto, acho que o Ministro Paulo Bernardo já teve a oportunidade de falar sobre o problema da ECAM, que é a agência reguladora nos Estados Unidos, e das iniciativas do Governo brasileiro, em sucessivas conferências internacionais de comunicação, de defender a necessidade de uma governança internacional. Sei que o Ministro Paulo Bernardo, na última conferência, defendeu isso.



Acho que está na ordem do dia, Ministro, essa discussão, porque não pode uma empresa dos Estados Unidos ser a governança internacional da Internet. Está mais do que na ordem do dia a criação de uma governança internacional.

V.Exa. também mencionou que o Brasil pensa em levar essa discussão para fóruns internacionais. Não seria o caso de levar esse debate para o Conselho de Segurança da ONU?

General Sinclair, uma pergunta recorrente a todos que participaram daquela audiência foi se o Brasil está preparado para se proteger desse nível de espionagem que foi construída pelo Governo dos Estados Unidos.

Esta pergunta é comum ao General e ao Ministro Paulo Bernardo: que providências o Brasil está adotando para se proteger desse tipo de monitoramento, desse tipo de investigação?

É também muito importante saber se os recursos orçamentários destinados são suficientes. Vi um artigo que dizia que o Governo dos Estados Unidos está fazendo um aporte de 1,5 bilhão de dólares para o seu Centro de Defesa Cibernética. Já se fala inclusive de quatro forças: não mais só Exército, Marinha e Aeronáutica, mas uma quarta força, a chamada Força Cibernética. Portanto, indago se nós estamos fazendo os investimentos necessários e se temos orçamento necessário para essa questão.

Já foi aqui também mencionada a questão do Marco Civil da Internet, que é fundamental para submeter as empresas estrangeiras que atuam aqui no Brasil. Essas empresas não se submetem à legislação do Brasil; já são brasileiras e querem apenas se submeter à legislação dos seus países. É fundamental que elas se submetam à legislação brasileira.

Faço outra pergunta também ao Ministro Paulo Bernardo. Nós temos notícia de que a Comissão Técnica Interministerial foi aos Estados Unidos, já manteve diversos contatos com autoridades daquele país. Inclusive o Embaixador Shannon me falava sobre isso ontem. Quais informações já tivemos, em função desses contatos?

Sr. Ministro, eu gostaria de saber também, conforme já dito por mim e pelo jornalista Greenwald, se esta comissão que está fazendo as apurações confirmou



que autoridades brasileiras, empresas brasileiras e cidadãos brasileiros tiveram suas comunicações telefônicas e *e-mails* interceptados por esse programa.

V.Exa. já falou da reunião da ANASUL e as providências que foram adotadas.

Para concluir, Sr. Ministro, além das informações que V.Exa. já deu, o que o Governo brasileiro está pensando em propor, de concreto, no plano da legislação internacional, para conter essa espionagem do Governo dos Estados Unidos?

Quero concluir secundando a palavra do Presidente da Comissão de Comunicação e dizendo que considere extremamente insatisfatórias as declarações do Secretário de Estado norte-americano, e até realmente presunçosas, no sentido de dizer não só que eles não só espionaram — uma espionagem em defesa não só dos seus cidadãos mas também de cidadãos de outros países — e que eles continuarão espionando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Presidente Nelson Pellegrino.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar a presença das Sras. e Srs. Parlamentares, que muito nos honram. Estão presentes nesta reunião os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, Átila Lins, Claudio Cajado, Eduardo Azeredo, Emanuel Fernandes, Deputadas Íris de Araújo e Janete Rocha Pietá, Deputados Nelson Marquezelli, Roberto de Lucena, Walter Feldman, Deputada Benedita da Silva, Deputados Fábio Souto, Ivan Valente, Luiz Nishimori, Mendonça Filho. Estão também presentes as Deputadas Marinha Raupp e Margarida Salomão, minha conterrânea, os Deputados Antonio Imbassahy, Ariosto Holanda, Arolde de Oliveira, Eliene Lima, Evandro Milhomen, João Arruda, Jorge Bittar, nosso Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Deputadas Luciana Santos e Luiza Erundina, Deputados Marçal Filho, Marcelo Aguiar, Missionário José Olímpio, Nelson Marchezan Júnior, Newton Lima, autor do requerimento, Oliveira Filho, Rogério Peninha Mendonça, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Silas Câmara, Takayama, Colbert Martins, Costa Ferreira, Emanuel Fernandes, também já citado em razão de participar de duas Comissões, Deputados Hugo Motta, Ilário Marques, Izalci, José Carlos Araújo, Presidente da Comissão, aqui ao meu lado, Deputado Josué Bengtson, Deputada Nilda Gondim, Deputados Onofre Santo Agostini, Pastor Eurico, Paulo Wagner, Edson Santos, Celso Jacob, Vanderlei Macris, Costa Ferreira,

[CD12] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:16 Taq.:Helena
Rev.:



Glauber Braga, Roberto Britto, Isaias Silvestre, meu caro amigo Deputado Chico Lopes, que muito nos honra com sua presença — aniversariante de ontem, parabéns! —, Deputados Francisco Chagas, José Chaves, Paulo Freire, Paulo Wagner, Ricardo Izar, Severino Ninho, Weliton Prado, Felipe Bornier, do Rio de Janeiro, nosso grande Deputado do Rio de Janeiro Alfredo Sirkis e Aureo. Muito obrigado pela presença.

Espero que eu tenha falado o nome de todos os presentes, que muito nos honram com suas presenças e, com isso, fazem com que esta reunião seja coroada de êxito.

Na sequência, passamos a palavra ao Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado José Carlos Araújo. Tem S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Obrigado, querido e competente Presidente da Comissão, Deputado Paulo Abi-Ackel

Os senhores da Mesa já foram citados, inclusive o Ministro Paulo Bernardo. Quero dizer que a presença dos senhores muito nos engrandece aqui. Esta audiência de hoje se destina tão somente a tratar de tema específico, requerido e aprovado, envolvendo graves denúncias de espionagens no Governo brasileiro.

Nós da Comissão de Defesa do Consumidor também fizemos requerimento convidando, no âmbito da defesa do consumidor, duas empresas estrangeiras, mas que têm aqui empresas não filiais, mas com o mesmo nome, que as representam fora.

Ministro Paulo Bernardo, há uma coisa que precisa ficar muito clara. Na verdade, o Google e a Microsoft são empresas estrangeiras que também abrem a própria empresa aqui. Quando é para entrar em licitação, quando é para ter as benesses, elas usam a empresa brasileira; quando há qualquer problema que seja necessário às vezes até entrar na Justiça, e esta cobra informações, elas saem e dizem: *“Não, as informações estão armazenadas fora do Brasil.”* Assim, por um lado, elas estão aqui; por outro lado, quando é contra as empresas, elas estão fora do Brasil.

O Brasil tem que ter uma legislação obrigando essas empresas que estão aqui a responderem aqui, pelas leis brasileiras, e não fugirem pela tangente e quererem usar a lei americana, a lei dos outros países, porque isso na verdade é



uma válvula, é uma saída. Vê-se que as próprias empresas americanas têm até incentivo do próprio Governo americano para dar essas informações.

E o Governo americano espionou, esteve aqui, viu e interceptou ligações telefônicas, por *e-mail*, por tudo. E o Governo americano não está aqui fazendo isso. O que é que ele tem feito? Usado as empresas de lá que estão aqui.

Nós temos que tomar uma providência! O Marco da Internet está aí. Nós temos que colocar alguma regra que proíba esse tipo de coisa. Quando você chama para conversar, para ir à Comissão explicar, o que fazem eles? Saem, mandam um representante, geralmente brasileiros, contratados, pagos aqui. E na hora em que eles querem, eles os dispensam. E fica o dito pelo não dito. Isso não pode continuar como está. Nós temos que tomar uma providência!

Quando se trata da defesa do Brasil, eu estou vendo que, nessa Mesa, os gerais os órgãos aqui representados estão tomando todas as providências. E quanto ao âmbito do consumidor? Nessa Mesa não há um representante do Governo brasileiro. Há os Deputados, inclusive eu, como Deputado Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor — e todos os outros Deputados que estão aqui têm também a obrigação de defender o consumidor —, mas não há nessa Mesa um representante do Governo que possa dizer que está tomando essa ou aquela providência para que os consumidores não sejam prejudicados com esses dados que saem daqui, todos os dados. Nós não estamos livres de que, hoje ou amanhã, esses dados saiam daqui, caso haja, por exemplo, alguma fatura de cobrança em nome de algum consumidor. Nós estamos sujeitos a passar por esse tipo de coisa.

O Ministério da Justiça foi convidado, mas, pelo que vejo, não veio, não está aqui para falar em nome do Governo na defesa do consumidor brasileiro. Isso me traz muita tristeza neste instante.

Mas, como esta reunião foi requerida especificamente para tratar de espionagem, não posso eu estar querendo trazer os problemas da defesa do consumidor, embora eu veja aqui colegas daquela Comissão que gostariam muito de tratar desse assunto. Mas não é o momento. O momento é de a Microsoft e o Google, que aqui estão e vão participar do painel — e nós vamos perguntar —, comprometerem-se a ir à Comissão de Defesa do Consumidor para dar uma satisfação ao consumidor brasileiro. Nós não queremos que vá lá um representante.



Nós queremos que vá lá o Presidente. Está aqui o Ministro Paulo Bernardo, está aqui o General, estão todos os representantes do Governo brasileiro que têm responsabilidade e respondem pelo Governo. Para lá, mandam um funcionário ou um diretor. Na verdade, hoje é diretor, amanhã deixa de ser, não responde mais pela empresa.

Eu gostaria de ver esclarecidos os fatos relativos à denúncia de espionagem do Governo americano. Quais empresas ou órgãos colaboraram com esse esquema? O Governo brasileiro já sabe quais empresas colaboraram com esse esquema? A gente ouviu dizer, e os fatos mostram claramente, que a Google e a Microsoft estavam envolvidas. Há outras empresas? Queremos saber.

Quais as posições concretas já adotadas pelo Governo brasileiro em relação a essas denúncias? Quais as providências, as ações concretas que estão sendo encaminhadas ou cogitadas em resposta aos graves fatos? Quais as medidas de proteção ao usuário brasileiro do sistema de telefonia e Internet que estão sendo implementadas ou planejadas?

Já existe alguma informação oficial, algum relatório da Comissão que foi enviada aos Estados Unidos para tratar dessa questão junto aos órgãos americanos?

A presença do Secretário de Estado americano no Brasil contribuiu ou está contribuindo para o esclarecimento convincente dos fatos? O que pode ser dito a respeito das tratativas ocorridas com o Governo brasileiro?

Qual a posição do Poder Executivo sobre o projeto de lei ora em exame nesta Casa que trata do Marco Civil da Internet? Quais os pontos de concordância e divergência em relação ao texto elaborado pelo Relator?

O que vai haver de proteção no marco regulatório da Internet para o consumidor brasileiro, para nós, enquanto consumidores? Eu entendo que a maior clientela aí é o consumidor brasileiro, porque, desde que nascemos, nós somos consumidores. Acabamos de nascer, e os nossos pais vão comprar fraldas para nós. Nós somos consumidores desde que nascemos até o dia em que morremos. O maior contingente que existe na terra, e principalmente no Brasil, é o consumidor. Tem que ser dada uma atenção especial, Ministro Paulo Bernardo, a isso.



Nós não podemos estar à mercê de empresas estrangeiras que vêm para cá, bisbilhotam, examinam a nossa vida, as nossas contas e tal, e saem daqui incólumes. Nós temos que tomar uma providência. O Governo brasileiro tem que olhar isso com outros olhos. Da mesma forma que nós sabemos que o Governo está tratando a defesa do Brasil, também o consumidor brasileiro quer que o Governo tome providências do mesmo quilate para o consumidor brasileiro. Nós não podemos ficar inseguros, porque, pelo que eu vi na Comissão, o consumidor brasileiro, depois das notícias que saíram, está estarecido e com medo. Se nos dirigimos ao Google e à Microsoft, a Microsoft, pelo menos, já respondeu que está disposta a comparecer à Comissão. O Google nem notícia deu. Mandou, logo que foi falado, um representante. Eu disse que eu não queria o representante, que eu queria o Presidente. E eles se calaram.

Nós precisamos ter uma resposta convincente para dar ao consumidor brasileiro na nossa Comissão, Srs. Deputados que nos ouvem neste instante. Esta é a minha preocupação neste instante. É lógico que a espionagem é uma coisa que tem que ser tratada, como está sendo tratada, com toda a seriedade e com toda a competência dos senhores membros do Governo, mas o consumidor também espera que seja tratado o seu lado, para que possa ficar tranquilo daqui para a frente, Sr. Presidente Paulo Abi-Ackel.

Essas são as primeiras perguntas que faço. Tenham certeza de que, no outro painel, quando as empresas aqui estiverem, nós faremos algumas perguntas que precisam ser esclarecidas ao consumidor brasileiro.

O Google, por exemplo, não respeita nem a Justiça brasileira. A Câmara dos Deputados os convida, e eles não dizem nada. A Justiça brasileira condena em primeira e segunda instâncias, manda que cumpram, e eles não cumprem. Há multa, eles não se pronunciam. Abrigam, no seu seio, muitos *sites* clandestinos, que não podemos processar e dos quais não obtemos informação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Deputado José Carlos Araújo, V.Exa. me concede um aparte, se for possível? Até como Procurador Parlamentar, eu posso complementar o que V.Exa. diz, informando que, no caso, o ID sequer é fornecido a órgãos como o Poder Judiciário. É um absurdo o que o Google faz.



Apenas para complementar, digo que, neste particular, o Deputado José Carlos Araújo está certo. Alegam que o ID está no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Depois darei a palavra a V.Exa., para que nós possamos seguir a lista de inscrição, Deputado Claudio Cajado. Darei a palavra a V.Exa. depois.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Para concluir, Deputado, digo que o Deputado Claudio Cajado está certo. O ID, que se obriga fornecer a tempo, não é fornecido. Nós não queremos calar nenhum *site*, não. Queremos apenas ter o ID, para saber quem é e tomar as medidas judiciais cabíveis. Mas a isso eles se negam. Até mesmo quando a Justiça manda dar as informações, eles não dão, porque dizem que estão nos Estados Unidos essas informações. Temos que tomar uma providência em relação a isso. O marco regulatório tem que prever uma sanção para essas empresas que burlam a confiança e burlam a consciência do consumidor brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Deputado Edinho Bez, V.Exa. tem a palavra, como autor do requerimento e Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Serei breve, até porque é importante aproveitarmos essa grande oportunidade de termos a presença de tantos Deputados, de tantas pessoas conhecidas, muitos da área, além dos nossos expositores.

Apenas quero dizer que a nossa Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados está também tratando desse assunto. Fariamos uma audiência pública específica, mas aproveitamos a oportunidade. O assunto é tão importante, que várias Comissões aprovaram o mesmo tema, mas é importante ouvirmos principalmente os nossos convidados.

Chama-me a atenção isto: é grave a situação, porque os Estados Unidos têm um programa de espionagem, e este inclui o Brasil. E continuo. É inegável também que precisamos saber que tipo de programa existe ou não existe, porque de vez em quando saem notas dizendo que não é bem assim. O assunto é muito sério para ficarmos em dúvida.



É inegável a importância das redes sociais. Vamos discutir isto sabendo que ocorre em todo o mundo. Mas também é importante dizer que a Internet, o Twitter, o Facebook, os *e-mails*, etc., não oferecem segurança. Nós não conseguimos mais trabalhar nos nossos gabinetes, com os nossos contatos, a comunicação de um modo geral, sem as redes sociais e outros instrumentos.

Mas o assunto aqui é segurança. Temos que nos concentrar em termos de segurança. Não temos nenhuma segurança, haja vista que ainda continuam — e não entendo esta continuidade — os casos de pessoas que transferem recursos de contas bancárias, por exemplo, de determinado cidadão para outro banco, dentro do próprio banco, sem a aquiescência ou a participação do titular da conta. Precisamos procurar dar um basta nisto, porque não é possível trabalharmos assim.

Inclusive, vende-se através da Internet, e a mercadoria não chega. Isto acontece todos os dias. *“Ah, mas a Lei de Acesso proíbe, e a clandestinidade deve ser punida.”* Se dependermos da nossa Justiça, do Poder Judiciário no Brasil... Há a lentidão do Poder Judiciário. Às vezes, quando estou debatendo por aí, indagam: *“Mas, por que os Deputados e Senadores, que aprovam as leis, não mudam as leis, para diminuir os recursos?”* Ora, aqui nem todos são advogados, nem todos conhecem o assunto juridicamente. Aqui as iniciativas chegam de diversas origens, e abre-se o debate nas respectivas Comissões. Por que o Poder Judiciário não apresenta para nós propostas, objetivando agilizar os processos? Ninguém melhor do que o Poder Judiciário para nos apresentar propostas. Por que a OAB, que fala tanto, não nos apresenta propostas, para mudarmos a situação? Aqui representamos a sociedade, o Congresso representa a sociedade. Precisamos consultar principalmente as instituições democráticas, para ajudar-nos a modificar a situação.

A insegurança está aí, e vai continuar. Nós precisamos dar um basta nisto. É proibido, por exemplo, interceptar...

Inclusive, o Deputado Vanderlei Macris e eu fomos ontem a uma reunião importante em São Paulo, em que discutimos esse tema. Até informei a S.Exa. sobre esta nossa reunião, e a Comissão também está presente. Informei que seria importante a presença dos Deputados Vanderlei Macris e Jerônimo Goergen, além



da presença de outros Deputados e outras pessoas que participaram daquela reunião, para darmos continuidade ao debate desse assunto tão importante.

No entanto, existem maletas clandestinas captando mensagens, informando, denegrindo imagens, como foi informado, e a insegurança é enorme. *“Ah, mas a lei não permite.”* Repito, se dependermos do Poder Judiciário, irá continuar, porque a lentidão do Poder Judiciário está exagerada.

Poderíamos falar de outros pontos, mas falei que seria rápido, para ouvirmos os convidados.

Será que alguém aqui acredita que nós vamos resolver o problema? É claro que não! Por isso, encerro, meu caro Presidente desta audiência pública, Deputado Paulo Abi-Ackel: que nós possamos fazer uma avaliação do resultado desta reunião. Não paremos por aqui, nem que seja preciso constituirmos um grupo de trabalho para avaliar o resultado desta reunião e darmos continuidade ao debate, porque precisamos continuar tomando providências. Como a audiência pública é conjunta, vamos aguardar os resultados, para dar continuidade aos trabalhos.

Em nome da nossa Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, coloque-me à disposição de todos os Deputados presentes, porque certamente o Congresso também será cobrado.

Quanto ao Governo, foi dito que o Governo não se fez presente, mas temos que agradecer o aceite ao convite e a presença do nosso Ministro das Comunicações, o nosso sempre Deputado Paulo Bernardo, que veio aqui prestar esclarecimentos. Isso é importante, pois o Governo, sem sombra de dúvida, é e sempre será o maior responsável em termos de providências. Obrigado.

Parabéns! Agradecemos a todos a presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Obrigado, Deputado Edinho Bez. Quero propor ao plenário imprimirmos um ritmo mais veloz aos trabalhos.

Imediatamente, passo a palavra ao Deputado Antonio Imbassahy e, na sequência, ao Deputado Newton Lima, autores do requerimento.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Cumprimentando o Presidente da Comissão, Deputado Paulo Abi-Ackel, saúdo os demais Deputados e



autoridades, em especial o Ministro Paulo Bernardo, que sempre está aqui quando convidado — fazemos questão de destacar essa conduta de V.Exa., Sr. Ministro.

Serei também breve.

Sr. Presidente e Sr. Ministro, a complexidade desse assunto, a natureza dessa questão é realmente muito difícil. É muito difícil para o Governo brasileiro e, reconheço, também para outros governos, até porque sabemos disto: se existe um quesito a que o governo americano procura dar dedicação plena, esse quesito é a segurança dos seus cidadãos. O Governo americano não mede esforços no sentido de proteger o cidadão americano, até porque aquele país amigo, Sr. Ministro e Srs. Deputados, é um país submetido a atentados, gestos de violência, terrorismo. O mais eloquente, que comoveu todo o planeta, foi o 11 de Setembro. Portanto, não há nenhuma novidade nisto: o Governo americano faz de tudo para proteger os seus cidadãos.

O que não conseguimos compreender nessa dimensão, Sr. Ministro — e aqui esteve presente no dia de ontem o Secretário de Estado John Kerry —, foi uma declaração daquele Secretário de Estado. Presidente Paulo Abi-Ackel, V.Exa. está correto, não foi uma declaração feliz, como disse também o Deputado Nelson Pellegrino. Talvez tenha sido até presunçosa, mas não tenho dúvida nenhuma de que foi uma declaração sincera, franca. O Secretário disse, com clareza: *“Fazemos isso, e vamos continuar fazendo, para defender o cidadão americano.”* PT saudações. Uso até uma tradução: o Governo americano coleta informações. **Nessa** coleta de informações, além de alcançar a proteção do cidadão americano, protege também os brasileiros. É essa a convicção. Foi o que disse para as autoridades brasileiras, no Palácio do Planalto, onde esteve presente, o Secretário de Estado John Kerry.

Dessa maneira, quero indagar aos membros da Mesa, Presidente Paulo Abi-Ackel, se todos eles, o Sr. Ministro e as demais autoridades, reconheceram as fragilidades que o Governo tem no sentido de inibir esse tipo de acesso — eu até diria, talvez, invasão —, essa vulnerabilidade com que estamos convivendo.

E senti até um pouco nas palavras das autoridades uma sensação de impotência. O que fazer? Levar isso para a ONU? Tudo bem, vamos discutir isso na

[CD13] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:21
Taq.:Rosane Galvão Rev.:



ONU, mas, enquanto isso acontece, o Governo americano promove a tal coleta de informações.

Portanto, quero indagar especialmente ao Ministro Paulo Bernardo se esse conceito do Secretário de Estado — e é uma das maiores autoridades do planeta o Secretário de Estado do Governo americano —, se esse conceito de coleta de informações, para o Governo brasileiro, significa espionar os brasileiros, significa invadir a nossa privacidade. É isso que significa? O que significa para o Governo brasileiro quando o Secretário de Estado vem aqui e diz: “*Nós estamos coletando informações*”? Qual é a tradução cristalina, clara? Isso significa, para o Governo brasileiro, invasão da nossa privacidade? Esta é a primeira questão.

Indago também se a visita do Secretário de Estado John Kerry produziu algum resultado efetivo. As autoridades brasileiras indagaram ao Secretário de Estado, por exemplo, quais brasileiros, quais empresas haviam sido submetidos a coletas de informações? Conforme ele disse, que tipo de prejuízo houve, quais as situações? Houve essa indagação de alguma autoridade do Governo brasileiro, aproveitando a oportunidade rara da presença de uma figura extraordinária do ponto de vista de competência, de força e de poder, o Secretário de Estado americano? Foi feita alguma indagação com relação a essa questão?

Faço outro questionamento, em seguida. Se o Governo americano coloca com essa clareza a sua convicção de que está agindo para proteger o cidadão americano, pergunto às autoridades brasileiras se estão também satisfeitas com o nível de proteção oferecido ao cidadão brasileiro. Indago se o Governo brasileiro está fazendo isso. O que ouvi aqui foi muito o conceito de proteção ao Estado; quero saber quanto à proteção ao cidadão brasileiro.

Por fim, Sr. Presidente, Deputado Paulo Abi-Ackel, faço uma questão relativa ao consumo interno. No programa *Fantástico*, a Rede Globo divulgou uma matéria longa sobre a invasão da privacidade do cadastro do Imposto de Renda. Foi uma matéria muito longa. Eu gostaria de saber o que o Governo brasileiro fez com relação a essa questão ou a outras questões relacionadas a cadastros — de brasileiros — que estão em poder do Governo nacional.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Obrigado, Deputado Antonio Imbassahy.

Com a palavra o Deputado Newton Lima.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todas as autoridades, na pessoa do Ministro Paulo Bernardo, e todos os colegas, na pessoa do Deputado Paulo Abi-Ackel, Presidente desta Comissão.

Quero começar por dizer que concordo plenamente com o Deputado Antonio Imbassahy quando S.Exa. diz que é muito importante conhecermos a franqueza com que os Estados Unidos tratam do tema espionagem: *“Fizemos, fazemos e faremos. Para garantir a nossa hegemonia, os Estados Unidos não têm limites.”* Portanto, os países espionados é que se virem para se protegerem e para protegerem os seus cidadãos. Por isso, a importância de estarmos hoje aqui.

A presença do Secretário de Estado John Kerry ontem fortaleceu as iniciativas que tivemos em todas as Comissões, porque talvez o único erro que tenhamos cometido, Deputado Paulo Abi-Ackel, foi não termos pedido uma Comissão Geral, tal é a participação e a presença de Parlamentares de todas as Comissões. Trata-se de assunto que, de fato, suscita o interesse nacional.

E há uma expectativa sobre o Congresso, particularmente sobre a Câmara dos Deputados, em relação a como nós, no Parlamento, junto com o Governo, vamos trabalhar — na medida do possível, porque o domínio tecnológico é absolutamente monopolizado pelos Estados Unidos, o que facilita, como já foi visto, o processo de espionagem digital.

Mas, enfim, particularmente também acho que precisamos aplaudir a posição do Governo brasileiro quando disse, ontem, por meio do Ministro Patriota: *“São insuficientes as declarações americanas e, mais do que isso, recobrem de sombra de desconfiança as relações entre os dois países amigos”*. É importante que nós, como Parlamentares, possamos contribuir para que, enfim, esse problema, se não solucionado, porque eu não acredito nisso, não sou ingênuo, seja minimizado, mitigado e devidamente protegido.

Por isto o Marco Civil da Internet é fundamental e reforça essa necessidade.

[CD14] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:22
Taq.:Luciene Motta Rev.:



Srs. Presidentes de Comissões, penso eu que a primeira atitude seria pedir ao Presidente Henrique Eduardo Alves e aos demais Líderes a imediata inclusão em pauta para apreciação e aprovação — ou se não, para sua modificação — do relatório do Deputado Alessandro Molon pelo Plenário.

Eu quero aqui fazer perguntas objetivas. A primeira delas, ao Ministro Paulo Bernardo.

Todos nós sabemos das denúncias que foram feitas de que há empresas que estão em solo brasileiro colaborando com o crime de espionagem internacional americana.

A pergunta é: Nós temos instrumentos para identificar, de fato, quais são essas empresas? Ou nós vamos esperar, como disse o Greenwald, e já o Pellegrino citou isso no início da reunião, na audiência pública, no Senado? Ele garante que, de fato, há empresas de telecomunicação brasileiras colaborando com a espionagem. Nós vamos descobrir quais são as que estão envolvidas ou vamos esperar a segunda leva de informações do Snowden advindas lá de Moscou?

A segunda pergunta. Os Estados Unidos têm lei, e o general tocou nesse assunto, que tratam de auditoria dos *backdoors*. No Brasil, Ministro Paulo Bernardo, a ANATEL faz auditoria nos *softwares* e nos *hardwares*, incluindo os *chips*, para averiguar se não há *backdoor* copiando e espalhando todos os dados dos usuários brasileiros? Há alguma proposta para se fazer essa auditoria em *chip*, *software* e *hardware* no Brasil? Se é que isso não é feito. Para mim é importante saber, porque, nos Estados Unidos, essa proteção é garantida.

Eu queria fazer uma pergunta específica para o representante da ABIN. É eficaz, do ponto de vista técnico — e aqui está um especialista da ABIN — exigir que empresas estrangeiras armazenem em *datacenters* no Brasil os dados de internautas brasileiros como contramedida ao caso da espionagem? Quais vantagens e desvantagens nós teríamos se houvesse, por determinação legal, a imposição de que os dados de internautas brasileiros fossem armazenados no próprio País?

Eu tenho ainda uma pergunta ao Ministério da Defesa e ao GSI.

Tanto a Casa Branca quanto o Pentágono, FBI e CIA utilizam *software* livre em grande escala, porque tecnicamente isso permite acesso ao código fonte, que é



a única forma de se saber se algum *backdoor* está explorando as fraquezas do sistema.

Pergunta: Não seria aconselhável o Governo e todos os Poderes adotarem *software* livre também por essa razão, além de se baratear o custo?

Enquanto não se faz auditoria — se é que se faz — nos *softwares*, *hardwares* e *chips* dos proprietários, não seria interessante um programa de migração para *software* livre para que se tenha acesso ao código fonte?

Já pude observar, na apresentação, que a criptografia que vai ser lançada hoje, pelo menos para o poder público federal, é de alto nível e vai ajudar na preservação das informações que interessam à soberania nacional. Mas por que não usarmos fibra ótica paralela, como os Estados Unidos o fazem para proteger a sua soberania?

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente. Reservo outras, nos segundo e terceiro blocos, diretamente para as empresas convidadas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Obrigado, Deputado Newton Lima.

Eu quero informar a V.Exa. que é perfeitamente possível, se o Plenário assim deliberar, que nós possamos fazer uma nova rodada de debates em sede de Comissão Geral.

Passo a palavra ao Deputado Nelson Marchezan Junior, também autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Bom dia, Deputados.

Vou poupá-los das minhas considerações iniciais, já que tantos Deputados o fizeram de forma brilhante. Vou direto, de forma bem objetiva, às minhas perguntas. Acho que vai faltar tempo aqui. São muitos os convidados, e as autoridades e o Governo tiveram a consideração de se fazer presentes. Eu tinha estabelecido uma ordem, mas, como a Mesa está dividida, Presidente Paulo Abi-Ackel, eu vou fazer diretamente aos que participam da Mesa.

A primeira questão é para o Ministro Paulo Bernardo, com relação à proposta que está tramitando do Marco Civil da Internet.

Qual é a posição do Governo com relação ao art. 9º, §§ 1º e 2º, que abrem a possibilidade de o Governo promover a descriminação do tráfico com base no

[CD15] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:23
Taq.:Luciene Motta Rev.:



conteúdo? O que o Ministro pensa de tudo isso que está acontecendo? Nós, na verdade, também estaríamos abrindo a possibilidade de fazer exatamente o que nós imaginamos que os Estados Unidos fizeram.

A segunda pergunta. Nós sabemos desse monitoramento dos Estados Unidos através da divulgação de ex-funcionários, da imprensa, do reconhecimento de algumas coisas, mas a nossa estrutura — ABIN, Polícia Federal, Ministério das Comunicações, ANATEL —, enfim, a estrutura pública brasileira já conseguiu detectar essa informação tecnologicamente? *“Olha, fomos monitorados aqui”*. Ou nós sabemos disso porque alguém está nos informando? O nosso conhecimento da informação baseia-se única e exclusivamente em informações de terceiros ou nós já temos condições tecnológicas e competência para verificar isso e constatar: *“olha, fomos monitorados aqui e ali.”*?

A terceira questão: Com informações de terceiros ou com nossas próprias informações, nós já sabemos onde fomos monitorados, quem foi monitorado e como foi monitorado comprovadamente?

Quarta pergunta: em que nível o Brasil, a estrutura pública brasileira, faz esse monitoramento, se é que o faz, nas relações internacionais, na inteligência — ABIN, GSI, ANATEL?

Quinta pergunta: a ABIN e o GSI conseguiram identificar as manifestações de rua antes de elas acontecerem? Esta é a pergunta que depois eu também vou fazer para o Google e para o Facebook, porque imagino que eles conseguiram. O que eles fizeram com essa informação? A ABIN e o GSI identificaram a presença dos servidores do Palácio ou das secretarias ligadas ao Palácio nas manifestações ou foi uma ação da inteligência? Foi uma ação da ABIN, do GSI ou foi uma ação de um secretário específico do Governo Federal? Foi uma ação particular de uma pessoa ou de um secretário colocar servidores do Palácio nas manifestações? Especificamente, aqui me refiro às de Brasília, ainda não às outras.

E, ao Ministro das Comunicações: é possível estabelecer uma estrutura de regramento, pelo menos em tese, na área da telefonia para a área da Internet também, para a área de provedores e evoluir nesse regramento em estruturas? Assim como aquele cidadão que entrou na boate Kiss e pensou *“o setor público já esteve aqui e me autoriza a entrar, porque aqui eu não corro riscos”*, o cidadão



brasileiro que entra na Internet também imagina que, de alguma forma, a estrutura pública federal o está protegendo. E as informações que temos hoje nos levam a ter certeza de que efetivamente não há proteção. Há um planejamento do Governo Federal nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Deputado Marchezan, muito obrigado.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Eduardo Azeredo, e, na sequência, o Ministro dará as respostas. Logo após, os demais inscritos terão direito à palavra.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Sr. Presidente, parafraseando a bandeira mineira, que diz "*Libertas Quae Sera Tamen*", eu diria: **segurança**, ainda que tardia. O Congresso demorou 13 anos para aprovar a primeira lei de crimes cibernéticos, depois de um problema com uma atriz. Todo mundo se mobilizou e finalmente aprovamos. O Governo demorou 3 anos para mandar o Marco Civil para o Congresso, e o Congresso já demora 2 anos, mesmo não ouvindo as Comissões temáticas. Passou direto. Não passou por esta Comissão. Isso mostra que, agora, com outro assunto externo, pelo menos se mobiliza um pouco mais nessa questão.

Eu fico satisfeito de ouvir a palavra do Dr. Raphael Mandarino de que nós temos uma criptografia desenvolvida pelo próprio País que está sendo usada na nossa urna eletrônica. E de vez em quando ainda surgem alguns querendo acabar com o processo, duvidando da nossa urna. Tudo isso mostra um caminho interessante.

Na sua apresentação, Ministro, o senhor coloca vários pontos, mas eu queria evidentemente ter o reconhecimento de que o orçamento de ciência e tecnologia é todo ano cortado, é baixo; e de que o nosso satélite próprio ainda não está pronto — agora está colocado que em 2015 talvez tenhamos um satélite próprio.

Aqui disse muito bem o Deputado Antonio Imbassahy que esse assunto é muito complexo. Nós vivemos numa sociedade de informação em que as pessoas acham que tudo agora se resolve via Twitter, sem olhar o que está acontecendo. Esse assunto é muito complexo! Não dá para resolver assim!

A Presidente da República disse, em primeira mão, que uma das soluções era obrigar que os dados de brasileiros fossem armazenados no País. Não é tão simples

[CD16] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:24
Taq.:Renata Rev.:



assim. Não é tão simples assim! Quais são os países que conseguiram fazer isso até hoje? No Senado, um dos interlocutores disse assim: “*Por que o WiCam fica nos Estados Unidos?*” Porque foram os Estados Unidos que criaram a Internet! Essas coisas são meio assim. Não é tão simples dizer, de repente: Então, está bem, vocês criaram e agora nós vamos tomar de vocês. Quer dizer, o Brasil não pode ser isolado nesse processo. A Internet tem uma característica de liberdade, de globalização, da chamada computação em nuvem. Onde é que estão armazenados os dados da Internet nesse momento? Ninguém sabe mesmo não! É a tal da computação em nuvem. Ela fica girando.

Os dados do Governo brasileiro estão aqui. O Raphael Mandarino nos lembra que são 300 e poucas redes. Os dados do Governo Federal estão dentro do Brasil, no SERPRO; os dos Governos estaduais, nas suas PRODEMGes, PRODESPs, nas suas companhias, nos Correios. Isso tudo está encaminhado.

Então, Ministro, eu me preocupo com essa questão de a guarda do dado ser compulsória no Brasil. Nós não podemos ficar isolados. Eu gosto da sua palavra aqui de estímulo à construção de *datacenters* locais e à troca de tráfego no País. Isso me agrada. Acho que talvez seja por aí um dos caminhos de se resolver essa complexidade.

Eu queria, também, lembrar, como foi bem colocado, da questão da segurança interna. Como estão as nossas questões de privacidade do ponto de vista interno? Há outros países também espionando o Brasil ou seriam só os Estados Unidos? É outro problema que se coloca. Aí fica a questão: nós mesmos estamos espionando os...

Finalmente, outra pergunta que eu colocaria, além dessa questão da Presidente, é que ela disse que teria havido a quebra de soberania. Houve essa quebra de soberania? E aí? Fica nisso?

Basicamente, são esses os pontos que eu queria abordar. Saúdo muito essa discussão, ela é salutar, e é bom que nós todos nos movimentemos, mas não é suficiente nós termos *twitters* sobre o assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Obrigado, Governador Azeredo.



Vou passar a palavra ao Ministro para que ele possa responder às perguntas até aqui formuladas, pedindo a compreensão dos Deputados Jorge Bittar e Arolde de Oliveira, que estão inscritos na sequência.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Muito obrigado.

Presidente, vou tentar responder a todos sem me estender demasiadamente. Inicialmente, respondo às questões levantadas pelos Presidentes Nelson Pellegrino, José Carlos Araújo e Edinho Bez. Eu queria dizer o seguinte. Primeiro, quando saíram essas informações sobre o monitoramento, a partir da fuga do Sr. Snowden e das matérias feitas pelo jornalista Greenwald, muita gente perguntou se isso era surpresa: "Ah! O Governo ficou surpreso?" Acho que ninguém que tinha um mínimo de informações sobre essas questões ficou surpreso, até porque basta abrir a Wikipédia para encontrar uma série de informações sobre esses programas de monitoramento. Não precisa ir muito longe. Há fartas publicações sobre esse assunto.

Agora, isso é diferente na medida em que era uma pessoa, com certeza, com grau razoável de qualificação que lá trabalhava e que se insurgiu. Não vou questionar o motivo, mas ele disse que não concordava mais com o que estava acontecendo e resolveu contar o que sabia, inclusive com documentação. Então, acho que isso é importante. E temos que, com certeza, aproveitar este momento para entender melhor todas essas questões e, mais do que isso, tirar delas conclusões que sejam importantes para o País, para o cidadão brasileiro, para o consumidor brasileiro. E acho que é uma grande reflexão sobre a organização das comunicações de maneira geral, seja telefonia, seja Internet.

Então, respondendo ao Deputado Pellegrino, nós estamos convencidos de que não há só coletas de metadados, não é só disso que estamos falando. O Embaixador americano falou, inclusive numa conversa pessoal — depois o General Elito também falou —, parece-me que no Itamaraty, que após analisar os metadados, o Governo americano, as agências de segurança americanas poderiam eventualmente aprofundar, ouvir e verificar outras informações além dessas.

Ora, se eu tenho arquivos de metadados e escolho o registro de determinado evento para fazer uma pesquisa mais aprofundada, eu tenho que ter todos os dados

[CD17] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:25 Taq.:André
Galvão Rev.:



para fazê-lo. Como é que vou ouvir o conteúdo de uma conversa ou ver o teor de um *e-mail* se isso não estiver armazenado em algum lugar? Então, é evidente que tem.

Por outro lado, eu queria falar um pouco — e vou pedir a compreensão destas várias Comissões, pois vários Parlamentares me perguntaram sobre o assunto — sobre o nosso diálogo com o Governo americano. Nós estamos procurando fazer isso da forma mais transparente possível, mas é evidente que seria importante que algumas informações fossem preservadas neste momento, eu acho.

Mas nós estamos convencidos de que eles fazem um monitoramento muito mais profundo, tanto que há notícias veiculadas sobre escuta na ONU, escuta na Cúpula das Américas, e isso não tem nada a ver com metadados. Saber, por exemplo, se o Deputado Miro me ligou durante determinado evento não é metadado. Inclusive, há carta do Embaixador Shannon, que na época era Subsecretário, elogiando a colaboração da Agência Nacional de Segurança por ter dado informações preciosas, o que permitiram ao Presidente Obama saber o que as delegações estavam pensando e como iriam se posicionar. Ora, vamos ser francos: isso não tem nada a ver com metadado.

Ainda o Deputado Imbassahy me perguntou se essas atividades significam espionagem a brasileiros. Ora, nós podemos ficar aqui tentando conceituar isso, mas acho que, se não é espionagem, é uma forma de bisbilhotice, porque ficar verificando o que uma delegação está fazendo... E a outra questão, eu acho mais óbvia ainda: "*Viola a privacidade de brasileiros?*" Com certeza absoluta! Com certeza absoluta!

Eu queria dizer o seguinte: para a referida reunião, nós mandamos cinco qualificados técnicos do Governo. Foi uma delegação chefiada por um Embaixador e com cinco servidores com *status* de secretários. Eles tiveram uma conversa de mais ou menos 2 horas com uma delegação americana chefiada pelo próprio Presidente da NSA, o Sr. James Clapper. E havia mais nove peessoas do governo americano, que foram apresentadas genericamente como membros do *staff*. Mas sabemos que havia gente inclusive do Departamento de Estado, Embaixadores e vários outros. E eles passaram uma série de informações genéricas.

Quando foi tratado, por exemplo, de metodologia, sobre qual era a técnica utilizada, eles responderam de forma muito clara que aquilo não seria respondido,

[CD18] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:26 Taq.:André Galvão Rev.:



que eles não dariam informações sobre que métodos usavam. Mas negaram que houvesse qualquer operação no Brasil.

Sobre colaboração de empresas sediadas no Brasil, eles disseram que a lei americana não garante jurisdição sobre empresas de outros países, mas exige que as empresas de capital americano cumpram a legislação. Então, uma empresa americana que atue no Brasil é obrigada a se submeter à legislação americana — e eles a fazem cumprir.

O conjunto de informações que foi passado coincide, pelo relato que recebemos dos nossos servidores, praticamente com o *white paper* divulgado 2 dias depois. Inclusive na reunião foi citado que eles estavam preparando um *white paper*, que divulgariam na sexta-feira. Nós o lemos, e é praticamente a mesma coisa. Inclusive vou pedir que cópias sejam encaminhadas aos Presidentes das Comissões. Esse é um documento público que foi divulgado lá, mas nós temos cópias no Ministério e vou pedir que sejam encaminhadas.

E naquela conversa foi mencionado por um representante do Departamento de Estado que eles consideravam, digamos assim, fortemente, a possibilidade de avançarmos mais nas negociações políticas e diplomáticas. Ou seja, é mais ou menos o que o John Kerry falou: *"Aqui é uma agência de segurança, não vamos abrir informações, não vamos dizer como nós fazemos. Nós não temos atividade no Brasil. Não tem ninguém das nossas agências no Brasil. Talvez, evidentemente, nas embaixadas haja algumas pessoas. E as empresas que colaboram são as empresas americanas."* E há uma lei dizendo isso — acho que é a FISA —, e eles disseram: *"Todas elas colaboram."*

Então, eu acho que temos de pensar sobre algumas coisas que foram colocadas aqui pelo Deputado Araújo, e também por outros Parlamentares, sobre a questão do consumidor. É o seguinte: nós temos, de fato, que melhorar nossa legislação para que não apenas o consumidor, mas o cidadão brasileiro tenha preservado os seus direitos individuais, o direito à proteção aos dados, ao sigilo de comunicação.

Nós entendemos que — e foi perguntado pelo Deputado Marchezan —, com alguns ajustes, sobre os quais inclusive já conversamos com o Deputado Molon, o Marco Civil da Internet vai ser um avanço importante nesse aspecto, assim como a



lei de Proteção de Dados Pessoais. Na prática, vamos equiparar um *e-mail* a uma correspondência, uma carta. E vai ficar claramente caracterizado que abrir um *e-mail* sem autorização judicial, sem o devido processo, é crime, conforme está preceituado na Constituição.

E nós precisamos também — e estamos colocando propostas nesse sentido no Marco Civil — garantir uma maior transparência na política de privacidade das empresas de tecnologia e de Internet que aqui atuam. Foi muito citado o *Google*, mas há várias outras. Hoje, quando o cidadão vai utilizar esse serviço — e como é um serviço grátis —, ele recebe a mensagem de que tem de autorizar o acesso aos seus dados e permitir que eles sejam compartilhados. E o que cidadão pensa? Primeiro, estamos falando de quem lê, pois a maioria nem lê; aceita e pronto. Mas mesmo que a pessoa não tenha lido, isso não dá à empresa o direito de fazer uso desvirtuado desses dados.

Acho muito elástico pensar que o consumidor, o usuário, o cidadão, quando fala que aceita, está aceitando que os dados dele sejam entregues para um órgão de segurança em outro país, a uma agência de segurança. Ele está concordando com o seguinte: "*Tudo bem, você vai usar meu e-mail para fins comerciais, vai usar meu cadastro para vender fralda, tônico capilar...*" *(Risos.)* É uma brincadeira, mas é uma situação parecida com a real.

A nossa avaliação é a seguinte: nós temos que ter uma legislação que proteja o cidadão, o consumidor, dizendo o seguinte: a empresa pode pedir o compartilhamento de nossos dados. Mas é evidente que não há conceito elástico que possa garantir que o usuário concordou que se entregue uma cópia desses dados a órgãos de segurança.

Soubemos de um caso, dias atrás, de uma senhora americana que foi procurada pela polícia em casa porque andou pesquisando, no *Google*, panela de pressão e mochila. E aí os órgãos de segurança relacionaram isso com terrorismo: "*Ela vai pôr a panela de pressão dentro da mochila; vai pôr coisas dentro da panela de pressão. Isso é terrorismo!*", e foram até a casa da mulher. Então, é evidente que há um uso extremamente desvirtuado disso.

Eu concordo com o que o Deputado Imbassahy disse: quando se trata de segurança, que seja levado em consideração o conceito de segurança nacional, que

[CD19] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:27 Taq.:André
Galvão Rev.:



é fundamental; ou quando se trata do conceito de segurança contra crimes, por exemplo, ataque a um *site*, aos arquivos de uma empresa, pedofilia, enfim, tem de ter alguma atividade de inteligência que previna isso. Não estamos discutindo isso. Agora, isso não pode ser feito à custa de quebrar o sigilo de todo mundo, de se deixar fazer uma devassa. Então, temos que achar os limites disso.

"*Quais empresas colaboraram?*", perguntou o Deputado José Carlos Araújo. Todas. Eles disseram o seguinte: "*O que nós precisaríamos de empresas americanas, nós pedimos. E eles mandam, são obrigados a mandar.*"

Eu acho que temos que discutir, quando formos discutir essas questões — e o Deputado Azeredo tem discutido bastante —, que há outros aspectos que não estamos mencionando, por exemplo, aspectos de negócios, aspectos econômicos. O Google este ano vai faturar 2,5 bilhões em publicidade. A maioria das publicidades é paga ao exterior com cartão de crédito internacional — créditos no exterior —, o que simplesmente não gera tributos, não gera lucros, não gera receita. É uma evasão de impostos, uma evasão de divisas.

Então, Deputado Marchezan, acho que devemos olhar tudo isso, porque há muitos problemas novos que não estavam colocados. As pessoas têm a tendência de achar que a Internet é um *playground*, onde a gente fica brincando e mandando mensagens, curtindo, fazendo coisas desse tipo. Mas, na verdade, é um mega-ambiente de negócios. Só o Google vai faturar 40 bilhões de dólares este ano e várias das outras empresas estão entre as 10 maiores do mundo.

Então, eu queria dizer que as preocupações deste Congresso, desta Câmara e das suas Comissões são nossas preocupações também. E nós queremos interagir, porque não temos todas as respostas prontas. Os problemas estão surgindo e temos que tratar de resolvê-los. Acho que o Marco Civil pode avançar bastante.

Eu quero falar, Deputado Marchezan, especificamente sobre o art. 9º, pois o texto não prevê qualquer monitoramento de conteúdo pelo Governo. Isso não existe, e nem queremos isso. Mesmo que quiséssemos, nossa Constituição não permite isso. Então, a Justiça pode determinar temporariamente um monitoramento, seja na Internet, seja na telefonia, e achamos que isso é o que deve ser feito.



Agora, a discussão é outra. É o seguinte: dentro da disputa pelo negócio Internet, vamos dar para determinadas empresas o monopólio para fazer negócios ou vamos repartir isso? No caso, temos que colocar claramente a posição do Governo, qual seja a de que o ambiente tem que ser aberto de forma democrática para todas as empresas que atuam no setor fazerem negócios. Caso contrário, ao se dar o monopólio para determinadas empresas, evidentemente vamos prejudicar outros setores.

E há uma disputa nesse negócio. Há empresas que constroem redes, que são visivelmente cobradas, mas há empresas que não cobram pelo uso da rede. Por exemplo, estamos discutindo no setor de TV por Assinatura o fenômeno Netflix. O que acontece? Uma empresa começa a oferecer um serviço, cobra mensalidade, usa banda de rede em grande quantidade e todo o faturamento vai para fora. Não há pagamento de imposto ou outra receita. Acho que precisamos discutir isso. Não sei qual será a solução, Deputado Miro, porque não é simples.

Quando começaram a vender canais de TV via satélite no Brasil havia esse problema, porque ninguém sabia como cobrar. O satélite está a 36 quilômetros de altitude, a sede ficava sei lá onde, em Tuvalu, mas achamos uma fórmula. Ou seja, para vender assinatura de TV por satélite aqui a empresa tem que ter escritório no Brasil, tem que fazer de acordo com a legislação brasileira, o que significa que as empresas têm que cumprir cotas de produção nacional, cotas independentes; têm que pagar imposto; têm que atender aos direitos do consumidor. Então, isso tem que ser tratado. Mas são problemas que não estavam sendo colocados há pouco tempo.

Quanto à questão do Marco Civil, acho que nós temos que ver qual é a melhor redação, a mais equilibrada, aquela que vai atender a todos. Digamos que ela tem que ser neutra — para usar uma expressão muito usada, que é a questão da neutralidade de rede. Para os negócios, o projeto também deve ser neutro; ele tem que dar oportunidade para quem quiser fazer negócios. Ao cidadão, para o consumidor, ele tem que dar garantias de que este não vai ser devassado ou invadido em sua privacidade.

Sobre uma questão falada várias vezes aqui — e o Deputado Azeredo expressou isso de forma mais veemente —, o armazenamento, S.Exa. falou: "*Não, a Internet tem uma característica de liberdade*". Sei que não é a sua visão, mas tem

[CD20] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:28 Taq.:André Galvão Rev.:



muita gente que acha que quando se entra na Internet se está absolutamente livre. Mas isso é até bater um policial na sua porta porque você estava procurando panela de pressão. Não é uma coisa tão livre quanto achávamos.

Então, não achamos somente que deva haver armazenamento de dados aqui. Achamos também que deve ter aqui ponto de troca de tráfego, pois, se tudo for concentrado nos Estados Unidos, significa que vamos pagar cada vez mais.

Hoje temos 100 milhões de pessoas que navegam na Internet. A nossa Internet é deficiente. O poder aquisitivo ainda não é tão grande, mas no fim do ano que vem serão 150 milhões de pessoas, e a Internet, embora não seja uma beleza, será melhor do que essa. Ou seja, vamos ter um carregamento extraordinário de recursos cada vez maior para os Estados Unidos. Precisamos descentralizar um pouco. Queremos pontos de troca de tráfego, queremos servidor raiz aqui, para termos mais rapidez, para termos Internet com resposta mais rápida.

A pessoa fala assim: *"Escrevi um e-mail e mandei para a Deputada Erundina. Esse e-mail foi lá para a Califórnia e voltou."* *"E levou quantos milissegundos?"* *"Ah, foi uma fração de segundo"*. Mas imaginem bilhões de operações de milissegundos: é um tempo superexpressivo nisso. Então, precisamos discutir isso.

Sobre a questão do armazenamento, Deputado, primeiro, é um fator de desenvolvimento. Não nego que fizemos um estímulo a essa política, porque um *data center* custa, às vezes, 100 milhões, 200 milhões, 300 milhões, conforme o tamanho. Então, é importante termos esses investimentos. Segundo, alguém falou sobre a questão da soberania. Eu acho que é uma questão de soberania. Não é razoável um empresa chamada Google do Brasil Ltda., com CNPJ tal, com endereço na Av. Brigadeiro Luís Antônio, São Paulo, declarar à Justiça brasileira que não pode entregar os dados porque eles são armazenados em outro país e estão sujeitos à outra legislação. E estamos falando de um *e-mail* que mandei para a senhora e estou sendo investigado ou alguma coisa desse tipo, ou seja, a Justiça deve ter acesso a isso.

Quanto a essa questão do armazenamento, quem fez? Quase ninguém. Fui verificar e constatei que a China, obviamente, já tinha isso. Antes que alguém fale que a China é fechada, e tem esse problema, a Coreia do Sul também tinha e a Alemanha anunciou esta semana que vai fazer isso. Então, é um problema novo



que estamos colocando e eu acho que temos que fazer. Concordo que não seja tão simples. Mas vamos colocar um prazo, uma transição. Vamos exigir que, mesmo estando lá, por enquanto, eles têm obrigação de cumprir a lei brasileira. Isso tem que ficar muito claro na legislação.

E aí o cara fala assim: "*Olha, nós somos sujeitos à legislação americana...*" Isso é uma loucura! Então, vejam bem: acho que é importante fazer-se o armazenamento aqui e que devemos discutir isso seriamente.

"*Há outros países nos espionando?*" —, perguntou o Deputado Azeredo. Bom, nós não sabemos. A espionagem é tão antiga quanto as cavernas. O pessoal, quando morava nas cavernas, já espionava o que o outro grupo estava fazendo. É claro, isso se faz. Os governos tentam se informar, municiar-se de informação. Normalmente, nos tempos mais brutos, quando se pegava o espião, o pessoal o matava. Mas, digamos, todo mundo sabe que existe espionagem.

Agora, o problema é que hoje está ficando absolutamente claro que há espionagem em massa, de todo mundo. Isso eu acho que merece uma pensata. Por isso, eu vejo a vantagem de fazer uma reunião como esta, porque nós também não temos todas as respostas prontas. Aqui, com tanta gente pensando, com certeza vamos melhorar a legislação, dar garantia para o consumidor, para o cidadão, acima do consumidor. E eu acho que nós precisamos trabalhar nisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Ministro.

Eu vou passar a Presidência ao Deputado José Carlos Araújo.

Quero também cumprimentar, e agradecê-los pela presença, os Deputados Carlos Zarattini, Miro Teixeira, Iara Bernardi, Márcio Marinho, Geraldo Resende, Perpétua Almeida, Dr. Adilson Soares e Sandro Alex, que chegaram após eu ter feito referência aos demais presentes.

Deputado José Carlos Araújo, V.Exa. tem a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O próximo orador inscrito é o Deputado Arolde de Oliveira.

Pergunto aos componentes da Mesa se há alguma pergunta a ser respondida pelo General Sinclair, pelo Dr. Raphael Mandarino ou pelo Sr. Otávio. *(Pausa.)*

Com a palavra o General Sinclair.

[CD21] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:29 Taq.:Silvia
Rev.:



O SR. SINCLAIR JAMES MAYER - O Ministro Paulo Bernardo praticamente abrangeu todo o espectro das respostas que teria de oferecer aos Srs. Deputados. Eu só agregaria talvez, respondendo ao Deputado Newton Lima, que, no caso da Defesa, nós aderimos ao Protocolo Brasília. Nesse protocolo, o uso de *software* livre é algo que estamos promovendo, particularmente dentro do Exército.

O *software* livre não resolve todos os problemas, mas resolve uma boa parte deles. Esta vantagem que não foi levantada da abertura do código fonte é importante para que algum tipo de auditoria, alguma perícia forense possa identificar a presença de *backdoor* ou coisa parecida.

Quero destacar, e o Sr. Ministro Paulo Bernardo foi também claro nesse aspecto, que não há casos recentes, pelo menos que tenhamos conhecimento, de violação importante de nenhum sistema de Estado no Brasil. Nós estamos no mesmo nível de outros países. E os problemas que nós enfrentamos em relação às redes abertas e à Internet, do modo como ela é vista, são os mesmos enfrentados por todos os países do mundo, com raras exceções. Alguns países simplesmente restringem o uso da Internet, e é o único meio de sair do problema em relação àquilo que foi mencionado como consumidor. Então, quando a rede é aberta, a possibilidade de ela ser interceptada em algum momento, no curso dos processos que incluem a rede existe, e é grande.

Também houve no passado, e isso eu acho que é de conhecimento amplo, o caso Echelon, sobre o qual foi feito um relatório pelo Parlamento Europeu. Aquele relatório traz uma série de recomendações em relação àquele problema que ocorreu no ano 2000, que era muito parecido com esse que nós estamos vivenciando agora em relação a essa questão do Snowden.

Eu acho que, por parte da Defesa, era com isso que nós poderíamos talvez contribuir.

Poderia ainda falar alguma coisa a respeito de orçamento, que nesta área é uma demanda permanente, porque as tecnologias não param, elas evoluem permanentemente. Então, não há como parar. O investimento tem que ser pesado.

O Dr. Mandarinou falou da questão da capacitação, que eu acho da maior relevância. Estamos promovendo isso através do nosso Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica. Promover na indústria as condições para que ela produza os

[CD22] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:30 Taq.:Jacinta
Rev.:



ativos de rede e outros equipamentos e *softwares* no Brasil — o satélite também foi mencionado — demanda investimentos pesados. Se deixarmos de fazer isso, certamente vamos ficando cada vez mais vulneráveis. Não há como parar com isso.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, que eu tinha a fazer, para agregar alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Sr. Otávio Cunha? (Pausa.) Não.

Com a palavra o Sr. Raphael Mandarino.

O SR. RAPHAEL MANDARINO JÚNIOR - Vou responder diretamente ao Deputado Marchezan. Antes, porém, eu queria passar pela questão do *software* livre. *Software* livre não resolve. Qual é a comunidade que suporta *software* livre? Quem está lá por trás? Tivemos recentemente a declaração de um grande colaborador do *software* livre que disse que vendeu umas *features* desse *software* para o FBI. A pedido do FBI, ele colocou no *software* que permitia espionagem no *software* livre. Agora, é claro que nós temos que tomar cuidado e usar o máximo possível aquilo que a gente conhece. O programa de criptografia que nós vamos lançar hoje no Comitê Gestor usa *software* livre, mas o controle do código é totalmente nosso. Nós pegamos linha a linha do código e sabemos o que tem dentro. E é óbvio que a esse código ninguém vai ter acesso, se não a gente cria vulnerabilidade sem necessidade

Agora, eu queria voltar à questão da capacitação. Ainda há pouco eu estava mexendo no celular aqui só para ver. Aqui nesta sala há 18 celulares com o *bluetooth* ligado. Então, reparem. Com um simples programa, alguém mal-intencionado consegue acessar esses celulares, e *Wireless* aqui é livre. Eu acho que é questão de cultura. A gente tem que aprender que esta coisinha aqui é uma janela que leva a gente para a possibilidade de ser copiado, agredido ou monitorado — a gente permite.

Com relação ao monitoramento, o que a ABIN faz, de acordo com a determinação do GSI, é coordenar o Mosaico. O Mosaico é o acompanhamento que se faz todos os dias, diariamente, de 650 temas de importância estratégica e de segurança institucional para a Presidência da República. Isso a gente faz todos os dias. Todos os dias, às 9 horas da manhã, a Presidente recebe um resumo do que é



mais importante. Agora, monitoramento direto, Deputado, a ABIN não faz, porque é proibido por lei, o que é um absurdo, na minha concepção como cidadão. Nós não podemos fazer isso. Nem com autorização judicial a ABIN pode fazer escuta, não tem essa permissão. Então, temos que nos valer de outros meios e usar estruturas do Sistema Brasileiro de Inteligência para termos informações e alimentar o Estado brasileiro.

Se a gente consegue “*informar com antecedência*”? Quase sempre, sim. Eu diria que a maioria das vezes, sim, valendo-nos dos parceiros do Sistema Brasileiro de Inteligência. A ABIN é só o órgão central e não faz esse trabalho de captura de dados. Ela recebe dos outros agentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu vou dar início agora à lista de inscritos. Há pelo menos 14 Deputados inscritos. Então, seria bom economizarmos no tempo, sermos rápidos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, uma questão de ordem. V.Exa. vai fazer blocos de quantos, para utilizar da palavra, neste momento? Blocos de cinco, seis ou sete?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu acho que dois blocos de sete. Já que temos 14 Deputados inscritos, faremos dois blocos de 7.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - São 14 remanescentes, fora os que já falaram?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Sim, há 14 na lista. A não ser que alguns não estejam presentes.

Vamos convencionar, em princípio, 3 minutos para cada Deputado.

Com a palavra o Deputado Arolde de Oliveira.

O SR. DEPUTADO AROLDE DE OLIVEIRA - Vamos tentar ficar no tempo.

Sr. Presidente, Srs. Presidentes das Comissões que participam conjuntamente desta audiência pública; na pessoa do Sr. Ministro Paulo Bernardo eu cumprimento todos os conferencistas. Aproveito para registrar que o Ministro Paulo Bernardo não tem se negado a estar presente nesta Comissão de Ciência e Tecnologia todas as vezes em que é chamado. **Faço** este registro porque acho isso importante. Como essa questão não ocorre com todos os Ministros que às vezes

[CD23] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:31 Taq.:Jacinta
Rev.:



necessitamos ouvir aqui, então, eu deixo este registro, cumprimentando o Ministro e, através dele, todos os conferencistas.

Senhores, as perguntas foram todas colocadas, algumas já foram até respondidas, e o tema é este. Eu vou fazer uma abordagem para registro um pouco diferente.

Primeiro, quero dizer que a questão da informação é o diferencial do ser humano. O ser humano é o único ser capaz de gerar informação, transmitir informação, receber informação, gerar, a partir da informação, conhecimento, a partir do conhecimento, chegar ao entendimento. Infelizmente, nem todos chegam ao entendimento, ficam apenas no conhecimento, mas o entendimento é essencial. Então, esta é o diferencial. Por isso o ser humano se organiza em tribos, depois em civilizações, depois em cadência, e assim foi durante a história.

A informação é a essência, evidentemente, do poder, do controle de quem governa, de quem quer exercer o poder, seja na empresa, seja no Governo, seja aonde for. Então, nós não estamos falando nada de novo. Desde que o homem é homem e vive em coletividade, a informação é fundamental. Quando se fala de espionagem, evidentemente, nos maiores filmes, nos mais complexos, foram escritos sobre espionagem, porque ali é a ação de toda a inteligência do ser humano, associando à coragem, à capacidade de envolver os outros e de exercer o poder. Então, a informação é a matéria-prima que existe com o ser humano, claro, como indivíduo, como coletividade, enfim, como instituição, etc.

Então, do que estamos tratando aqui, na realidade, é deste momento diferente do tratamento da informação que nem todos estão entendendo. Há 20 anos, ou um pouco mais, nós conseguimos estabelecer uma Internet livre no Brasil, defendemos esta postura. Uma Internet livre que pudesse realmente dar uma nova oportunidade de acesso à informação, ao conhecimento e, eventualmente, ao entendimento a todo cidadão. Assim foi feito e assim tem dado certo. Aí, de repente, nós chegamos a este momento em que nós estamos dando uma importância exacerbada a fatos que ocorrem, como espionagem. Espionagem sempre existiu. Por que os americanos estão lá no azul em tudo? Por quê? A pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico, a criação, a inovação são instrumentos de dominação, são instrumentos de exercício do poder. Com a globalização, isso ficou muito claro e



muito evidente. E hoje nós estamos aqui tentando fazer legislações regionais, locais de um assunto que é global, que é do mundo todo. O instrumento para nós termos um convívio harmônico, isonômico dentro da Internet, meus senhores e minhas senhoras, aqueles que já entenderam o assunto, é evidentemente o acordo bilateral, é o acordo multilateral e é uma governança internacional. Fora disso, nós vamos fazer muralha — a Muralha da China, a Muralha da Rússia, a Muralha de Cuba. Enfim, muralhas, muralhas! Essa que é a grande questão. Claro, na China tem que ter uma muralha, porque o cidadão na China não tem direito nem a ter filho. Pelo amor de Deus!

Então, falo agora com o Ministro Paulo Bernardo, que está sempre conosco, da minha grande preocupação de que este marco — eu tenho uma dúvida de que esse marco é inadequadamente chamado civil — seja, na realidade, uma lei do Governo que veio para cá. É uma lei governamental, não é um marco civil, muito longe disso. Então, veio para cá. Quando aprovarem este chamado marco civil, nós iniciaremos o cerceamento da Internet, porque a lei, todos nós sabemos, gera direitos e deveres. Então, ela é sempre restritiva. Não existe nenhuma lei que não seja restritiva. Então, nós já começamos, com o chamado Marco Civil, a restringir as liberdades dentro da Internet. Esta é a minha preocupação, Sr. Presidente. Acho que esta é uma questão importante para ser colocada agora. Tenho dúvidas de que este Marco da Internet seja para preservar a liberdade. E eu falo defendendo os internautas, porque os internautas estão no ar, navegando. Nós temos compromisso, sim, em preservar a neutralidade da Rede, em preservar a privacidade, mas temos um compromisso muito acima de tudo isso, que é preservar as liberdades democráticas, que é preservar o Estado de Direito. Este é que o mais importante. E, no momento em que nós regulamentarmos isso, nós começaremos a entrar no controle da opinião, no controle da expressão, no controle do conteúdo da informação. Esta é a minha preocupação: a liberdade, como está hoje, acima de tudo. Muitos países que adotam a regulamentação da Internet não estão, evidentemente, comprometidos com a liberdade democrática como nós entendemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Arolde de Oliveira.

[CD24] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:32
Taq.:Monica Rev.:



O SR. DEPUTADO AROLDE DE OLIVEIRA - Estou encerrando, Sr. Presidente, e agradeço. Naturalmente teríamos algumas perguntas, mas eu vou fazer apenas uma ao Dr. Raphael Mandarino.

Recentemente, o Tribunal Superior Eleitoral transferiu para a SERASA S.A., empresa multinacional que controla informações de créditos de consumidores, o banco de dados mais atualizado da cidadania brasileira, que é o eleitoral — de 2 em 2 anos é atualizado.

Que medidas as autoridades governamentais estão tomando para, primeiro, coibir isso, lógico, para que isso não aconteça mais, reverter esse processo? Segundo, para identificar os responsáveis e naturalmente punir os responsáveis? Uma autoridade que está num escalão desse nível tem que ter o entendimento de que esse material tem muito a ver com a privacidade do indivíduo.

Esta é a minha única pergunta ao Dr. Rafael. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado Arolde de Oliveira.

Srs. Deputados, nós estamos com o cronômetro aqui. Cada Deputado disporá de 3 minutos. Para evitar que a gente fique pressionando o orador, seria bom que os senhores se guiassem pelo cronômetro.

Deputado Jorge Bittar, infelizmente...

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, antes do cronômetro, só uma questão de ordem sobre o andamento dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Há outros convidados aqui, e eu acredito que hoje não haverá condições de ouvi-los, dado o número de inscritos. Acho que nós poderíamos, logo, marcar uma segunda audiência com os demais convidados para que eles possam se programar. Não é razoável que nós os façamos esperar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu acho que V.Exa. está correto, mas vamos esperar o Deputado Paulo Abi-Ackel voltar, porque aí os quatro Presidentes podem decidir.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Por exemplo, o Vice-Presidente da ANATEL, Jarbas Valente, já nos informou que tem outro compromisso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. tem toda razão. Estamos esperando o Deputado Paulo Abi-Ackel voltar, porque aí, nós todos, decidiremos e faremos o aviso.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Então, antes de V.Exa. começar, veja o seguinte: vamos evitar as saudações. Todos já foram saudados. Por isso V.Exa. poderá entrar direto nas perguntas, observando sempre o cronômetro. Obrigado.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Perfeito, Sr. Presidente. Direto ao assunto, tal como proposto por V.Exa. Primeiro: só reforçando essa coisa de que a crise é um momento de risco, mas também gera muitas oportunidades.

Nós estamos vendo aqui, neste painel, uma série de proposições e de caminhos que em muito poderão contribuir para a privacidade dos cidadãos, a liberdade de expressão e a segurança do Estado brasileiro, também verdadeiramente, além de um ambiente de negócios, via Internet e comunicações, que esteja em sintonia com o nosso desejo de nos inserir nesse mundo globalizado de maneira soberana e de maneira proativa. Aliás, sobre este tema, Ministro Paulo Bernardo, nós sabemos que a área de telecomunicações é uma das áreas que mais tem contribuído, histórica e verdadeiramente, para o déficit da balança comercial brasileira.

O General Sinclair fez menção à necessidade que nós temos de ter domínio sobre a tecnologia. Há muitas áreas, e particularmente nesta área, por conta do imperativo também da segurança nacional. V.Exa. mesmo, Ministro Paulo Bernardo, disse que os equipamentos americanos, seja por *hardware*, seja por *software*, contêm dispositivos, portas que permitem o acesso, a interceptação de dados, etc. e tal. Aqui já se sugeriu — e eu quero propor — que o Ministério e a ANATEL se debrucem sobre a possibilidade de que, na homologação desses equipamentos, haja mais rigor na produção ou instalação de equipamentos dessa natureza no Brasil. Mas eu gostaria de ir mais adiante, e esta é a natureza da minha proposição.

O Ministério tem procurado fazer política tecnológica, política de produção nacional na área. Eu acho que nós temos que avançar. Eu acho que nós temos que elaborar uma seleção dos equipamentos considerados estratégicos para o

[CD25] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:33
Taq.:Monica Rev.:



desenvolvimento nacional, para a segurança dos cidadãos, para a segurança de nosso País e elaborar uma estratégia de produção desses equipamentos.

Já temos empresas brasileiras que têm se capacitado. Nós fizemos aqui, na semana passada, uma sessão sobre banda larga exclusivamente voltada para esse tema da pesquisa, do desenvolvimento e da produção nacional. Acho que é o momento de nós avançarmos com muita firmeza, com muita segurança, com muita ousadia até nesta área, para que possamos ter a produção e o desenvolvimento tecnológicos, preservados os interesses e a segurança de nosso País, e também algo que contribua muito para que a gente possa reduzir este déficit crônico de importação de produtos de tecnologia na balança comercial brasileira. Então, este é o tema principal.

Eu gostaria também de fazer uma pergunta ao Ministro Paulo Bernardo. Para quando está prevista a remessa desta Lei de Proteção de Dados Pessoais ao Congresso Nacional? É isto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado Jorge Bittar.

Vamos passar a palavra ao terceiro inscrito, Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Do ponto de vista defensivo, vejo que providências vêm sendo tomadas. É claro que a questão da criptografia é extremamente importante para assegurar o sigilo dos dados internos ao Estado brasileiro. Penso que seria muito importante se nós desenvolvêssemos a capacidade total de ter satélites postos em órbita por foguetes brasileiros, satélites também totalmente produzidos aqui. Esta é uma questão que me parece até mais importante do que os caças e os submarinos nucleares ou, pelo menos, tão importante quanto essa capacidade de autonomamente termos a capacidade de produzir e de colocar em órbita os nossos satélites.

Em relação ao problema com os Estados Unidos, todos os governos procuram se munir da quantidade máxima de informações para tudo que necessitam. Evidentemente, a existência desta Rede NSA não é mistério para ninguém. Eu já sabia, há muito tempo, que os americanos têm essa capacidade de monitorar todos os telefonemas e todos os *e-mails*, pelo menos.



O que de fato foi novidade — e é um aspecto extremamente preocupante —, primeiro, a quantidade de gente que tem acesso a esses dados, inclusive empresas americanas terceirizadas, como era o caso do próprio Snowden, que não era funcionário direto da NSA e trabalhava para uma empresa terceirizada, que cria a seguinte situação: digamos que 3 mil pessoas, 5 mil pessoas de empresas terceirizadas tenham acesso a esse tipo de informação. Da mesma forma que o Snowden, por idealismo ou por suposto idealismo, resolveu revelar esses dados a público, porque se sentia inconformado com essa situação, é plausível se supor que possa haver também — e talvez até em número muito maior — elementos dentro dessas empresas que resolvam ganhar dinheiro com esses dados. E um dos aspectos mais preocupantes do depoimento que tivemos do jornalista do *The Guardian* é exatamente a facilidade que teriam esses operadores de nível médio em ultrapassar, digamos, a questão do metadado, e, a partir do metadado, mergulhar e chegar ao dado propriamente dito.

Então eu acho que, de todas as revelações do Snowden, a mais preocupante foi justamente que esse troço possa virar uma esculhambação no sentido de que funcionários de empresas terceirizadas, nos Estados Unidos, tenham acesso a dados de natureza econômica de empresas praticamente de todo o mundo e possam negociar esses dados com quem interessa, do ponto de vista econômico. Isso, de fato, eu considero o aspecto de novidade naquilo denunciado pelo Snowden.

Em relação à proteção e à eventual violação do sigilo de dados brasileiros, eu francamente me preocupo mais com a capacidade de interceptação telefônica de polícias estaduais e da forma como isso é apropriado por agências privadas de "detetives particulares" — entre aspas — do que com a capacidade que a NSA tem de monitorar todos nós e mais alguns aqui dentro. De qualquer maneira, a partir do momento em que ficou patente este caso de espionagem, porque ele veio a público, cumpre ao Governo brasileiro tomar providências. E existem providências que podem ser tomadas.

Eu não acredito que nós tenhamos sozinhos, só o Brasil, condições de pressionar o governo americano a chegar onde nós queremos. Mas o Brasil, junto com a União Europeia, junto com países como Alemanha e França, junto com outros

[CD26] Comentário: Sessão 1101/13
Q: 34 Taq.: Márcia Moreira Rev :



países do MERCOSUL, ou seja, um bloco significativo de países amigos dos Estados Unidos, que se coloque de acordo com uma exigência em comum, pode eventualmente, através de uma pressão diplomática concentrada, obter dos Estados Unidos a única coisa que me parece possível de ser obtida. Da mesma forma com que existe uma legislação americana colocando certos limites em relação à espionagem interna de cidadãos dos Estados Unidos, em que nenhum cidadão americano pode ser bisbilhotado para além do metadados sem uma autorização da FISA, que é um tribunal especial, pode-se obter, no limite, com muita pressão diplomática em conjunto a uma série de países, uma regra por ato do Executivo americano ou por lei — penso que ato do Executivo seria mais fácil —, colocando regras para a espionagem em países amigos. Ou seja, uma coisa é você monitorar possíveis ameaças terroristas e tentar descobrir o que a Al Qaeda anda fazendo por aí; outra coisa completamente diferente é realmente monitorar delegações diplomáticas, negociações econômicas, cidadãos, empresas. São coisas diferentes. Então poderia, em tese, haver uma limitação legal, dentro da própria regulamentação americana, por iniciativa possivelmente do Poder Executivo — duvido que o Congresso americano aprovasse uma coisa desse tipo —, mas em que se estabelecessem limites. Isso eu acho que é uma questão que é possível de se alcançar no esforço diplomático concertado e coordenado com uma série de outras nações amigas dos Estados Unidos da América do Norte.

Para, além disso, só nos resta nos defendermos, do ponto de vista tecnológico, do caminho que foi aqui apontado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Muito obrigado, Deputado.

A próxima oradora inscrita é a Deputada Luciana Santos. *(Pausa.)*

O Presidente, Deputado Paulo Abi-Ackel, quer reassumir os trabalhos? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Tem a proposta do Deputado Jorge Bittar que, eu acho, deve ser examinada para liberar os outros, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Como acaba de retornar o Deputado Paulo Abi-Ackel, nós vamos submeter a proposta do Deputado Jorge Bittar à apreciação de S.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito bem. Eu tomei conhecimento, Sras. e Srs. Parlamentares, da proposta do Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Jorge Bittar, e quero acreditar que é resultante de uma constatação de que a complexidade do tema e a necessidade de fazermos este debate de forma mais ampla nos faz pensar na possibilidade de promover o adiamento ou a continuidade desta audiência em outro dia.

Eu quero submeter esta proposta inicialmente aos Presidentes das Comissões, Deputado Nelson Pellegrino e Deputado José Carlos Araújo. Havendo concordância de ambos, eu a submeto ao Plenário. Se o Plenário estiver de acordo, nós, então, podemos atender à solicitação de V.Exa., Deputado Jorge Bittar, pedindo a compreensão, naturalmente, daqueles que se deslocaram a Brasília para esta audiência, já deixando marcada nova data para darmos continuidade aos trabalhos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Eu vou dar a palavra a V.Exa., mas eu queria primeiro, Deputado Claudio Cajado, a paciência de V.Exa., porque é preciso ouvir primeiro aqui a opinião dos Presidentes.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu ia dar uma sugestão, Presidente, mas se V.Exa. não quer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Vamos ouvir aqui a opinião do Deputado Nelson Pellegrino, do Deputado José Carlos Araújo e, na sequência, dou a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Vamos ver qual é a sugestão do Deputado Cajado. Depois, nós falaremos com base na sugestão dele.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Temos que ver se os convidados podem. Acho que, primeiro, precisamos ouvi-los para depois decidir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Antes de ver se os convidados podem, eu preciso saber se a proposta tem a concordância dos Presidentes, porque é uma sessão conjunta, Deputado Cajado. Então, eu não posso ouvir outros antes de ouvir os Presidentes das demais Comissões.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deputado Paulo Abi-Ackel, primeiro nós gostaríamos de contar com a contribuição e com a compreensão de

[CD27] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:35 Taq.:Márcia
Moreira Rev.:



todos os convidados, porque, de fato, foi um projeto ambicioso fazer esta audiência, com a complexidade do tema e com a relevância das pessoas envolvidas.

Nesse sentido, eu acho que é prudente a questão de ordem do Deputado Jorge Bittar, porque nós temos ainda quase 10 Parlamentares inscritos. Se levarmos em consideração que cada Parlamentar deverá usar de 3 a 4 minutos, nós teríamos mais 1 hora de discussão e iríamos para 13 horas e 30 minutos. Com a resposta dos membros da Mesa, iríamos para as 14 horas. Há Comissões com audiências marcadas para tarde. Inclusive a Comissão de Relações Exteriores tem uma audiência ordinária agora à tarde. Então nós não aproveitaríamos o potencial das intervenções dos convidados do segundo bloco.

Então, vamos contar certamente com a contribuição e com a compreensão de todos, marcando uma nova audiência. O Presidente Paulo Abi-Ackel sugere que seja na terça-feira à tarde. E seria importante, porque gostaríamos de exercitar na plenitude as contribuições que os palestrantes do segundo bloco nos trariam. Seria um grande prejuízo tentar fazer uma audiência com esses palestrantes por meia hora, 1 hora, devido à complexidade do tema e à importância das contribuições que esses palestrantes apresentariam.

Portanto, eu quero concordar com a sugestão do Deputado Jorge Bittar e, como Presidente da Comissão, encaminhar aos membros da Comissão aqui a proposta já formulada pelo Deputado Paulo Abi-Ackel, para que a gente possa dar continuidade a esta audiência em outro momento, que seria na terça-feira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Deputado Paulo Abi-Ackel, eu também concordo com Deputado Nelson Pellegrino, com a condição também de que se consultem os convidados, principalmente os que vieram de outros Estados. É preciso ver a disponibilidade de eles estarem aqui na próxima terça-feira à tarde. Os componentes do segundo e do terceiro blocos, que estão aqui, assumiriam o compromisso de estarem aqui conosco na próxima terça-feira. Eu acho isso salutar, porque vai haver muito mais proveito e nós vamos ter mais tempo para ouvi-los.

Concluiríamos este primeiro bloco ouvindo todos os Deputados que estão inscritos aqui, encerraríamos a sessão, com a sessão já marcada para a próxima terça-feira, às 14 horas. Concordo plenamente. Só faltaria ouvir os convidados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - O Plenário está de acordo com a proposta? *(Pausa.)* Muito bem.

Vamos, então, à sequência dos inscritos, Deputado José Carlos Araújo. Deputado Nelson Pellegrino, V.Exa. gostaria de presidir os trabalhos? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - O Deputado José Carlos Araújo me pede que promova uma consulta aos convidados. Se algum, porventura, não puder estar aqui na terça-feira, que faça chegar ao nosso conhecimento a sua impossibilidade, já de preferência aqui nesta manhã, para que nós possamos, então, finalizar a data. Os convidados, então, que não puderem comparecer, por gentileza, se manifestem. Mas vejo que todos estão de acordo. *(Pausa.)* Essa é a impressão geral. Todos estão de acordo? *(Pausa.)* Então agradeço a todos.

Quero dizer que era imprevisível o que está acontecendo, porque, na medida em que se marca uma audiência pública, é dado o direito aos Srs. Parlamentares e às Sras. Parlamentares de fazerem seus convites, e houve realmente uma enorme quantidade de convites para participação. Portanto, nós não podíamos prever isso, porque é um direito, uma prerrogativa dos Parlamentares fazer os seus respectivos convites.

Na sequência dos inscritos, vamos, então, ouvir a Deputada de Pernambuco, Luciana Santos. Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Srs. Presidentes, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu também considero esta audiência pública muito relevante porque acho que nós estamos diante de um grave problema de soberania nacional, de segurança nacional e, inclusive, de ataque às liberdades individuais. É uma questão diplomática, porque todos aqui disseram que não se surpreendem com a capacidade tecnológica de os Estados Unidos e de o Brasil poderem saber o que circula de informação, de conteúdo na Internet.

Outra coisa é vir o Secretário de Estado norte-americano, como veio aqui ontem John Kerry. Isso tem que nos indignar. Nós não somos mais o País da década de 60 e 70, que era uma nação cujos governantes tinham uma atitude subserviente, tinham uma atitude de subordinação a esses interesses, que são econômicos, que são geopolíticos, que são estratégicos de um país que tem a

[CD28] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:36 Taq.:Márcia
Moreira Rev.:



política que tem, uma política de Estado. John Kerry vem ao Brasil dizer que isso é uma política de Estado norte-americano, que faz isso mesmo e que vai continuar fazendo. Isso é um acinte! Nós temos que reagir à altura para defender a autonomia de nosso País. Penso que esse é o principal sentido, o sentido político.

É óbvio que nós estamos aqui procurando discutir como reagir para garantir autonomia tecnológica para que a gente se livre desse tipo de decisão política, mas é preciso que a gente entenda que isso vai além. Aqui está explícita uma atitude eminentemente política de Estado, e nós precisamos reagir à altura, com indignação, com pedido de desculpas, para poder colocar nos trâmites, como já foi dito aqui, nos marcos jurídicos do Direito Internacional, para que, de fato, o Brasil exerça a sua legítima soberania.

Eu acho que nós aqui precisamos, quem sabe, Srs. Presidentes das Comissões, ter uma espécie de moção do Congresso Nacional como forma de reação ao que disse aqui John Kerry com um cinismo muito grande, com a desfaçatez de quem diz que veio defender o povo brasileiro, que veio defender os brasileiros.

O povo brasileiro, aliás, historicamente sempre soube se defender e nós vamos poder garantir... Acho sim que o Marco Civil da Internet significa a gente enfrentar esta questão, porque é uma farsa esta questão da liberdade individual. Está explícito, num momento como esse, que não existe esta liberdade individual. E nós precisamos garantir que o Marco Civil seja antes de tudo um princípio de garantia de direitos dos indivíduos diante dessa ferramenta de comunicação existente, que hoje é a principal usada para comunicação entre os indivíduos, entre as pessoas.

Era o registo que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - A próxima oradora é a Deputada Margarida Salomão. Depois da Deputada Margarida Salomão, falará o Deputado Ivan Valente.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Bom dia, Sr. Presidente. Cumprimento a Mesa, cumprimento o Ministro Paulo Bernardo e os demais representantes de Ministérios aqui presentes.



Quero apoiar a manifestação da Deputada Luciana Santos, que, eu considero, realçou o caráter político desta audiência.

De outro lado, eu queria mencionar um aspecto específico. Está claro que uma grande parte do problema que nós enfrentamos é um problema de dependência tecnológica. Quer dizer, as tecnologias foram desenvolvidas nos Estados Unidos, o que confere a este país uma posição privilegiada no sentido não só de se defender, mas também de intervir na soberania dos demais países do mundo.

Alegra-me muito a notícia dada pelo Dr. Raphael Mandarino sobre a criptografia avançada dos dados de comunicação oficiais. Isso envolve a proteção do Estado brasileiro, mas evidentemente não cabe imaginar que todos os *e-mails*, todas as comunicações que os cidadãos brasileiros pratiquem venham a ser submetidos a esse mesmo processo criptográfico.

E disse aí o Presidente Nelson Pellegrino, na medida em que comentava as revelações do repórter do *The Guardian*, que esteve aqui outro dia, que, de fato, não se trata apenas de espionagem por captação de metadados. O aspecto mais preocupante de tudo isso é, de fato, a captação de conteúdo, e isso é, tecnologicamente, inteiramente factível.

Obviamente, é de conhecimento comum a relação simbiótica e quase promíscua que há entre a academia americana — as universidades e os institutos de pesquisa — e o sistema de defesa americano, antigamente tratado como Complexo Industrial Militar. Hoje passou de moda falar uma coisa dessas, mas é lógico. E eu, como pesquisadora, sei que na minha área, na área de inteligência artificial, os grandes investidores são os órgãos da defesa americana, especialmente os órgãos chamados *home defense*, da defesa interna.

Então, eu queria também apoiar a fala do Deputado Jorge Bittar. Eu acho que nós precisamos, no nosso Ministério das Comunicações, como já tem sido feito pelo Governo Federal, avançar no sentido da pesquisa tecnológica e da inovação e também na área de inteligência artificial, para permitir que... A coisa mais simples que pode ser feita é isso que é noticiado, mas há muito mais o que pode acontecer em termos de processamento de dados.

Hoje nós vivemos com um rio amazonas de dados fluindo na Internet. Para que isso seja espionável, é preciso que nós avancemos na área de ferramentas de

[CD29] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:37
Taq.:Luciana Rolo Rev.:



processamento de linguagem natural. Há hoje no Brasil instituições que, até em cooperação com universidades americanas, avançam nesse sentido, e eu acho que isso precisa ser também uma prioridade do nosso Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputada.

Com a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Ivan Valente.

Deputado Ivan Valente, o cronômetro vai marcar o seu tempo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, eu queria dizer que nós estamos discutindo aqui os sistemas de guarda de conteúdo, Internet, etc., mas há um fato político, eu acho que este debate vem em um momento político. O Secretário de Estado americano esteve aqui — está aqui — e disse que protegeu os brasileiros! Ele nos deu proteção! Então, sinceramente, eu acho que a reação que nós temos que ter é outra. A reação do Governo, para mim, é muito tímida. A reação do Governo brasileiro é agachada, desculpem-me.

Os americanos, para começar, criaram uma nuvem. Primeiro, fecharam 30 embaixadas da região do Oriente Médio, fingiram que ia haver atentado, para o Secretário viajar pelo mundo todo e dizer: *“Olhem, o perigo continua aí, gente! Nós vamos continuar monitorando todo mundo e estamos protegendo vocês”*. E nós dissemos: *“Tudo bem, pessoal”*. Espere um pouquinho: violação de privacidade, da soberania nacional e da cidadania é uma questão grave ou não é!

Então, não é só um problema, eu diria, insatisfatório. Eu acho que é um deboche, uma arrogância, uma prepotência. A gente tem que ter uma manifestação de indignação. A partir daí é que você cria as medidas necessárias, sejam técnicas, tecnológicas, sejam políticas.

E, principalmente, esta é uma questão política. E não é um problema, parece-me, de terceirizar dados, como foi colocado aqui, não. Os Estados Unidos já terceirizaram até as Forças Armadas, ou ninguém sabe que a maioria dos soldados do Iraque são mercenários? Que o Snowden pertence a isso? O Snowden disse uma coisa mais grave, Ministro Paulo Bernardo. Ele disse o seguinte: *“Isso tudo que eu falei aqui e que o Greenwald me disse é só a ponta do iceberg”*. É só a ponta do iceberg. Eles sabem tudo. Eles determinam sentidos da vida, do comércio, da indústria, das decisões políticas, das decisões governamentais, das vontades,



entende? E fica por isso mesmo. Sabem por quê? É pelo seguinte — essa é a lição política que nós temos que tirar deste fato que veio à tona, a questão Snowden: existe a aceitação, ou não, de um tipo de globalização.

O Deputado Arolde disse que a China ele não topa e tal, mas a China se protege, é outro sistema. Ninguém está dizendo que quer a China ou não, mas é o seguinte: nós aceitamos. A França foi espionada e aceitou também. O Evo Morales foi sequestrado, quatro países europeus se negaram a deixar o avião baixar, e ficou por isso mesmo. Houve uma reclamação geral aqui do MERCOSUL, etc. e acabou.

Não, a coisa é mais complexa. Ou seja, nós temos que dar respostas, primeiro, políticas; porque, as técnicas e tecnológicas, nós não vamos conseguir dá-las em curto prazo, parece-me. Não vamos conseguir. Eles detêm a Internet. Alguém disse: *“Eu não sei onde está armazenado”*. Certamente no Pentágono está. Pode estar em outros também. É claro! Todo mundo sabe que a Internet passa por lá.

Mas não é só isso. Talvez nós estejamos criando a ideia de que alegremente vamos nos servir das redes sociais, do Facebook, do Twitter, do *Google* e que está tudo bem, porque isso faz parte da vida, do comércio. Não! Há uma coisa chamada individualidade, há uma coisa chamada soberania, privacidade.

O que o Secretário Kerry fez aqui no Brasil é um atestado de que os Estados Unidos continuam achando que o resto do mundo é quintal da casa deles, que é a casa da mãe Joana.

Eu acho que os Governos precisam ter respostas políticas. Precisa-se conscientizar a população. Precisa-se criar uma reação internacional em cadeia contra isso, pelo direito à privacidade, à liberdade, à democracia. Isso aqui é violação de princípios básicos nossos. Esses princípios que nós estamos criando — da liberdade, da democracia, da individualidade e da privacidade — são maiores do que os interesses da segurança internacional, a partir do atentado de 11 de setembro? Criou-se um sistema de segurança internacional em que ninguém mais está seguro nos Estados Unidos. Isso não é possível. É necessário um equilíbrio.

Então, eu queria fechar, Sr. Presidente, e dizer o seguinte: eu acho que é uma decisão de Governo. O aparato estatal brasileiro tem que se preparar para isso. Se ele vai arrumar um sistema de criptografia, se ele vai fazer satélite próprio... Em vez de privatizar a EMBRATEL — você precisa pedir à TELNEX para botar o

[CD30] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:38
Taq.:Luciana Rolo Rev.:



Presidente no ar no Brasil, lembram-se da privatização das telecomunicações? —, talvez você tenha um sistema próprio e aí não necessita deles. Isso precisa ser dito.

Mas a questão é política, a resposta política é que não veio. Essa é a questão que nós não resolvemos aqui. Tecnicamente, nós não temos condições de dar uma resposta à altura para esta questão neste momento, mas nós temos condições de criar uma movimentação política para repudiar esse verdadeiro atentado à democracia e à soberania dos povos que é perpetrado com cinismo, como fez o Secretário de Estado Americano, John Kerry, aqui no Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado Ivan.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Francisco Chagas. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Silas Câmara. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Lopes. Depois falará o Deputado Miro Teixeira.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Sr. Presidente, eu considero esta reunião de hoje, esta audiência pública, das mais importantes. De uma hora para outra, as coisas vão acontecendo, e os beatos da globalização só fazem reverência.

Não me sinto bem por o País não dar resposta ao autoritarismo dos americanos que chegam aqui, dizem o que querem e o que bem entendem, e nós achamos que é normal. Há quem até defenda, e eu tenho todo o respeito, é uma liberdade que ele tem. Este País, graças a Deus, tem democracia.

Mas não dá, depois que os Estados Unidos fuçaram todo o mundo, e uma pessoa sozinha de avião o desmoralizou perante o mundo e a Nação, para, a partir daí, eles acharem que são o xerife de todos nós, que nós não temos mais liberdade, porque eles têm todo mundo monitorado.

Ficam defendendo que tem que ser assim mesmo. como ocorreu com o Obama aqui no Brasil, que, dentro do Brasil, autorizou a invasão, numa total falta de respeito à soberania nacional. Ele autorização para a invasão. Duvido que o



Governo brasileiro tenha essa petulância. Nós não somos nem mal-educados a este ponto de autorizar qualquer coisa lá fora, nos Estados Unidos.

Portanto, eu acho que aqui estão as pessoas mais capazes e responsáveis por esta audiência, que somos nós. Temos a ABIN e temos tudo isso.

Eu quero parabenizar a revista *Carta Capital*, porque, se isto for verdade, eu vou me calar, porque não tem mais sentido eu estar falando. Está aqui: “*Documento do Governo brasileiro indica que os Estados Unidos ainda mantêm seis bases de espionagem em Brasília*”. Se já existe isso aqui, o que é que nós estamos fazendo reunidos aqui? Isso deve ter sido autorizado, porque não são clandestinas essas bases; elas têm endereço, fotografia e tudo.

E está aqui: “*A Embaixada dos Estados Unidos, no fim do primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1997, e tem validade até 20 de julho de 2019, ao todo, abrange 841 licenças de frequências de rádio para uso exclusivo dos americanos em solo brasileiro*”. E por aí vai a reportagem. Eu não sou locutor de rádio nem vou ler aqui para ninguém, quem quiser vá... Aí também é *merchandising*, e eu não estou ganhando nada com isso.

Já está aqui escrito: por um ex-Presidente nosso que tinha todos os poderes, e nós respeitamos. A democracia é para a gente respeitar, não é para estarmos menosprezando. Se ele fez isso naquele momento, ele teve as suas razões, mas nós não temos razão nenhuma para aceitar esse tipo de comportamento.

Eu queria deixar o meu protesto e dizer que, com o pré-sal, com a Amazônia, com essas riquezas que nós temos ainda e que não foram descobertas, nós precisamos nos preocupar. Será que nós estamos investindo nas nossas Forças Armadas com o orçamento necessário? É possível um coronel de Brasília ganhar 25 mil — eu não tenho nada contra —, mas um general do Exército ganhar 19 mil? É possível esse tipo de comportamento que se tem com as defesas do nosso País, achando que nós não temos que nos importar com isso? Eu acho, gente, que a preocupação do Governo brasileiro, através do nosso Ministro... Ele colocou aqui que algumas coisas ele não pode dizer. Certamente o que ele não pode dizer são exatamente as medidas que não podem chegar até o público. Como Deputado não tem muita importância, também ele não vai saber, só no dia em que alguém tiver prestígio e estiver lá mais perto.

[CD31] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:39
Taq.:Luciana Rolo Rev.:



Essa era a nossa observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Muito obrigado, Deputado Chico Lopes.

Com a palavra o Deputado Miro Teixeira e, depois, o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Boa tarde.

General, o caso Echelon é conhecido realmente. Nós pedimos cópia ao Parlamento Europeu e temos a cópia aqui das conclusões do Parlamento Europeu. Porém, acho que hoje já está até no *site* do Parlamento Europeu, era mais ou menos essa coisa. Espionagem é mais velha que a Arca de Noé, isso é um negócio trivial.

Quanto ao John Kerry, é claro que eu não gosto dessa história, da brutalidade da frase: *“Vamos continuar fazendo”*. Mas ele teria que mentir para dizer o contrário, porque eles vão continuar fazendo. É claro! E agora está sendo levantado aqui que o Brasil espionou países vizinhos durante um período. Mas é claro que teve que espionar mesmo. É claro que teve, para a garantia do Brasil, para a garantia dos interesses brasileiros. E é claro que tem que continuar hoje. Mas não precisa ter a dureza da frase do John Kerry, quando for perguntado. Pode ser mais ameno.

Ministro Paulo Bernardo, V.Exa. é notoriamente um homem honrado, então eu não tenho que medir as palavras com V.Exa. Essa história de a Justiça decidir aqui e uma empresa cumprir lá no exterior... V.Exa. poderia dar a ideia ao pessoal do Banco Central para ver se consegue isso com o dinheiro público que é roubado e vai para contas secretas nesses países aí. A Justiça, para reavê-lo, tem um trabalho enorme e consegue uma pontinha apenas, consegue uma pontinha apenas.

A questão da territorialidade da lei existe mesmo, existe mesmo. Não adianta chegar e dizer: *“Olhe aqui, empresa tal ou qual, você entregue estes dados aqui em 24 horas”*. Sabe o que pode acontecer? Ela dizer: *“Eu saio do Brasil”* e pronto. Vai se fazer o quê? Tira o escritório do Brasil, ponto. Vai se fazer o quê? O que mais vai se fazer?

Então, a ressalva era desnecessária, dizer que V.Exa. é um homem notoriamente livre, honrado, honesto. Nós vivemos neste País em que é preciso



deixar tudo muito claro. Não há segunda intenção **nenhuma** ao me dirigir a V.Exa., é porque é impraticável.

E eu defendo a Internet livre. Chamar de marco civil algo que é governamental... Tire a expressão "marco civil", e a gente já resolveu uma boa parcela, porque a gente não se sente meio tapeado nessa história. Chamar de "Constituição da Internet" esse projeto que está tramitando aqui, quando a maioria ou uma grande parte dos dispositivos do projeto é uma réplica da Constituição do Brasil, pura e simplesmente...

Mas é para combater crimes por Internet? Mas são os crimes praticados na esquina também, a pedofilia, o estelionato, tudo o mais. As leis gerais se aplicam também à Internet. Eu acho que nada pode justificar o controle da Internet. A Internet não nasceu governamental, ela não é governamental.

Outro dia eu li um artigo interessantíssimo, que dizia: *"Tirem as mãos da Internet"*. Uma senhora francesa, cujo nome eu preciso anotar para poder contar a história dando o nome dela, porque escreveu um artigo muito interessante, dizia: *"Mas a Internet existe, pessoal, ela funciona. Por que esses governos aí estão querendo tomar conta dela? Boa coisa não é"*.

E vou fazer uma provocação, já que eu me insurjo muito quando se fala do golpe militar. Não, o Brasil teve um golpe, o Brasil teve uma ditadura, havia civis à beça por trás, nos cargos também. Então diante dos militares também, não os agravo com isso. Se, na época da ditadura, dissessem que iam fazer um controle da Internet, olhem ali, metade, metade dos nossos companheiros que estão no Governo estaria gritando: *"Abaixo a ditadura! Internet livre!"* Nós não temos meia democracia, nós temos democracia. Internet livre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado Miro Teixeira.

O próximo orador é o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu vou ser brevíssimo na minha manifestação porque já fui contemplado com perguntas feitas por colegas meus anteriormente.

Eu estava dando uma espiada aqui pela Internet, estava olhando esta foto aqui, que é muito característica do que aconteceu no Brasil ontem: o John Kerry

[CD32] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:40 Taq.:Tereza
Augusta Rev.:



acompanhado do Ministro Patriota, do Itamaraty; não só no tamanho se mostra a subserviência, mas também na expressão. É uma foto que mostra claramente a situação do Brasil em relação aos Estados Unidos. Além disso, a forma como foi colocada a preocupação do nosso Ministro do Itamaraty e também pela Presidente Dilma, de que pediram explicações da espionagem americana no nosso País...

Pediram explicações, mas, na verdade, eu tenho duas questões importantes a mencionar aqui neste momento. Primeira: fica muito claro que nós não temos absolutamente nenhuma condição de reação. O Governo brasileiro não tem condição de reação quanto a isso aí. Teria que ter condição, mas não tem. Um país que tem, na sua preocupação com a inteligência, um camelô vendendo, no centro da cidade de São Paulo, como foi denunciado nesses dias, informações importantes sobre a segurança individual dos brasileiros... Diz aqui, abre aspas: *“Uma agência de Porto Alegre manda por e-mail uma tabela de preços: 1,2 mil reais pela ficha corrida; 4 mil pela cópia da declaração do Imposto de Renda; 500 pela conta telefônica. E se precisar de antecedentes criminais, é um pouco mais caro”*.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acho que essa nossa choradeira aqui hoje precisa se transformar numa indignação, indignação com a preocupação, que teríamos que ter, de nos estruturar para garantir a liberdade individual e a nossa relação, de maneira ativa, com os países com os quais temos relacionamento diplomático. Neste caso, especificamente, o Brasil precisaria ter uma reação política, como disse o Deputado Ivan Valente, porque não teremos condições de ter uma reação capaz de evitar que esse tipo de coisa aconteça. Nós não estamos em condições de estabelecer uma contrainformação capaz de evitar essa presença dos americanos bisbilhotando a vida dos brasileiros, as empresas brasileiras.

Então, eu não tenho muito a dizer, Sr. Presidente, a não ser lamentar que o Governo brasileiro tenha que ter uma preocupação do ponto de vista tecnológico. Primeiro, deve evitar que na Praça da Sé se vendam as informações dos nossos brasileiros; segundo, deve reagir politicamente quando se sentir à altura. Neste momento nós não estamos à altura do oponente para reagir politicamente, basta vermos a foto do nosso Ministro das Relações Exteriores com o Ministro Kerry na *Folha de S.Paulo* hoje, uma foto que mostra muito claramente o nível de subserviência que temos.

[CD33] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:41 Taq.:Tereza
Augusta Rev.:



Eu deixaria apenas uma pergunta aos nossos convidados: qual a avaliação dos senhores a respeito da implantação de uma rede de comunicações sul-americana? Essa é a pergunta que eu queria deixar, mas lamentando que a gente possa ter cada vez menos condições de reagir como um país que precisa ter as suas informações internas guardadas, lamentando que o Governo esteja sem condições de reagir neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado.

O próximo orador inscrito é o Deputado Edson Santos, do PT do Rio de Janeiro. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Ilário Marques, do PT do Ceará. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Sandro Alex. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Estou aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não, Deputado. V.Exa. é o último orador inscrito.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, senhoras e senhores, quando nós promovemos a primeira audiência desta Legislatura nesta Comissão, no ano de 2011, quando começamos a discutir esse assunto, ele era ainda muito recente para o Parlamento e nós não tínhamos um plenário tão cheio. Aliás, quando convidei o Presidente do Facebook, representantes do Google, do Twitter, isso era muito recente. O Twitter nem escritório no Brasil tinha.

O que eu percebo é que essa discussão de que o marco civil vai resolver todos esses problemas não é verdadeira. Em segundo lugar, eu percebo também que a votação desse marco civil, ao longo do ano passado... Foi exigida uma votação rápida. Eu diria que, se nós tivéssemos votado o marco civil naquele momento, ele já teria dado chabu; nós já estaríamos fazendo a versão 1.1 ou 1.2 do marco civil.

É por isso que a discussão se aprofunda agora, e o conhecimento maior sobre guarda de *log*, conteúdo, acesso foi importante, porque o marco civil tem que defender realmente princípios, os direitos, e não virar um código comercial da Internet, que é o que está, na minha opinião, acontecendo.



Quanto à soberania, não há necessidade de um marco civil, nós temos uma Constituição que assegura soberania, relações internacionais, independência nacional, e é inviolável o sigilo de correspondência e de comunicações. Já está escrito, já temos lei. Acima de qualquer marco, isso é Constituição. Então, é uma questão política mesmo e não uma questão de ausência de legislação. Nós já a temos.

Sobre o marco civil, quando se fala em privacidade, o que me chama a atenção é você oferecer o registro às empresas de aplicação. Elas podem guardar o registro, enquanto prestadores de serviço não podem. Mas que privacidade é essa? Uns podem quebrar sua privacidade e outros não? Então, o Google pode ter as suas informações, e uma empresa telefônica não pode. Ou todos podem ou ninguém pode.

Com relação a arquivos do Brasil, não sei se essas mudanças resolveriam, pois essas empresas podem guardar, assim como também podem oferecer esses registros de arquivos no Brasil, ou onde quer que eles estejam, até porque, se nós também defendermos esses arquivos agora, imediatamente, ou você vai fechar Facebook, fechar tudo isso, ou eles vão embora do Brasil. E vão continuar sendo usados pelos brasileiros.

Ou seja, nós temos que ter sobre esse assunto uma discussão cada vez mais profunda, porque a cada dia surgem assuntos novos, é *marketing* multinível, são nomenclaturas sobre as quais nem todos temos conhecimento. Mas entendo que o marco civil tem que se restringir aos direitos, e não lidar com assuntos comerciais. Isso não deve ser regido pelo marco civil. Que esses assuntos possam ser mais bem discutidos aqui no Brasil, mas, acima de tudo, nós temos que exigir do Governo Federal a soberania deste País, prevista na Constituição. E não precisamos de um marco civil para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Deputado Sandro Alex, obrigado por sua contribuição.

Não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito, eu vou passar a palavra aos expositores. Primeiramente, ao Ministro Paulo Bernardo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Muito obrigado.

[CD34] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:42 Taq.:Tereza
Augusta Rev.:



Bom, eu queria começar por um ponto: não tenho procuração para defender os baixinhos, mas acho, Deputado Vanderlei Macris, que V.Exa. olhar a foto e constatar que o nosso Embaixador tem menor estatura física do que o Secretário de Estado e dizer que ele é subserviente por isso é uma discriminação descabida. Não posso concordar com isso e preciso lhe dizer isso dessa forma. Acho que é uma forma discriminatória tratar a pessoa assim por conta da estatura física. Daqui a pouco vamos levar essa forma de tratamento... O homem, de fato, é bem alto, não é? O John Kerry é um sujeito alto, elegante, mas isso não tem nada a ver com caráter.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - V.Exa. achou um bom mote para me responder.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Eu estou falando francamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Vamos garantir a fala do Ministro Paulo Bernardo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Acho que nós não podemos deixar passar uma coisa dessas. O baixinho já vai considerar que é discriminação. O outro é alto também. Eu também sou baixinho.

Voltando às outras questões, eu queria usar aqui uma frase do Deputado Ivan Valente. Eu acho que o Governo brasileiro tem ido nessa direção, Deputado Ivan Valente e outros Deputados. Acho que o próprio Deputado Macris falou sobre isso: a resposta tem que ser política.

O Deputado Jorge Bittar levantou questões fundamentais. Aliás, o General já tinha falado inicialmente sobre isto. Há necessidade de nós fazermos grandes investimentos em desenvolvimento, em inovação, para termos equipamentos fabricados aqui no País e, mais do que isso, tecnologia desenvolvida no País.

Eu quero dizer que estamos de pleno acordo. Quando nós fizemos a licitação para o celular de quarta geração, houve uma polêmica enorme porque nós incluímos uma cláusula exigindo que metade dos equipamentos fosse fabricada aqui e que um percentual de 10% tivesse tecnologia desenvolvida aqui. E isso vai aumentar no ano que vem para 20%. Então, nós vamos ter um aumento da tecnologia nacional embarcada. Nós sofremos oposição internacional: os Estados Unidos oficiaram à



OMC, a Europa oficiou à OMC. Eu fui a uma reunião na Europa, e a Comissária Neelie Kroes, que é a responsável pela área de tecnologia da Comissão Europeia, falou quase 50 minutos conosco sobre esse tema exclusivamente.

Então, nós estamos, acredito, nesse caminho que V.Exa. aponta. É aquilo que o General disse: nós precisamos ter produção de equipamentos aqui; isso vai dar garantia. A ANATEL tem procurado fazer vistoria, e um dos focos do trabalho que a Agência está fazendo por conta desse episódio da espionagem vem com esse negócio dos *backdoors*, a possibilidade de ter porta para guardar e repassar informações. Mas nós não temos sequer um laboratório de alto nível para fazer uma taxativa auditoria nos equipamentos. Nós precisamos desenvolver isso também.

Eu acho, então, que o Deputado Ivan Valente disse bem. Nós temos que dar resposta política, e a resposta política, Deputado Ivan Valente, não seria o Ministro Patriota se engalfinhar com o grandão John Kerry ontem, porque penso que isso não ia resolver. Além de não resolver, não ia ficar bem para a imagem do Brasil. A resposta política que nós estamos dando, e foi anunciada pela Presidente, é a seguinte: nós vamos levar essa questão para a ONU. Essa não é uma questão para ser resolvida discutindo com os americanos se eles devem ou não fazer segurança nacional. É claro que eles vão fazer, e nós temos que fazer também. Eu disse isso várias vezes.

Eu concordo: nós temos que fazer política de segurança nacional e temos que fazer investimentos fortes nisso. E isso tem que ser compatibilizado, como disseram vários Deputados, com a questão das liberdades civis, o direito à privacidade, o direito do cidadão ao seu sigilo.

Então, nós temos que ir para a ONU. Nós vamos ter que abrir negociação. Esse é um assunto que está afetando todos os países do mundo. Fazemos esse discurso de que o Patriota é menorzinho e não podia ter se engalfinhado lá... Eu não vejo a saída dessa forma.

Eu queria dizer que nós vamos continuar mostrando a nossa discordância e mostrando que nós não vamos aceitar isso. E vamos ver qual é o fórum adequado. O Congresso pode nos ajudar nisso. O Congresso tem ajudado e pode nos ajudar mais ainda.



Eu queria dizer, Deputado Chico Lopes, que a primeira coisa, quando saíram as notícias de que teria funcionado em Brasília uma base americana até 2002 e tal, que a Presidente da República fez foi chamar todos os Ministros que têm alguma incidência nessa área — Ministros da Defesa, Relações Exteriores, Justiça, Gabinete de Segurança Institucional, Ministério de Ciência e Tecnologia — e os indagou de forma clara. Ela disse: *“Olhem, esta conversa é definitiva. Amanhã eu não vou perguntar de novo. Eu quero saber se houve alguma coisa, se há algum tratado, algum protocolo assinado que não tenha sido divulgado. Nós precisamos saber disso hoje.”* E a resposta do Governo foi a seguinte: “Não há”. Mesmo antes de 2002, é muito duvidoso, porque não houve nenhum registro disso. Não sei se houve. Essa coisa da revista, já levaram lá para a ANATEL.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Permita-me. Revista não houve mesmo não, mas houve uma casa que não tinha nem habite-se. Era um convênio da Polícia Federal com a DEA.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - O Departamento de Drogas...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É. Na época, todos achavam que isso estava certo, porque, para combater o tráfico internacional, era preciso haver, sim, um mecanismo de cooperação que ultrapassasse certas barreiras. Isso se manteve não sei até quando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Até 2002.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Nesses dias, eu vi na ANATEL uma foto de um prédio comercial aqui em Brasília com várias antenas em cima. Disseram-me: *“Isso aqui é um lugar suspeito de ser o QG dessa turma”*. Aí o pessoal foi ver que as várias antenas eram de televisão por assinatura, antenas de telefone.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Não. É o seguinte: você acha que o cara vai pôr uma base, vai pôr um monte de antenas e funcionar lá? Ou seja, eu acho...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - É *(riso)*. É uma espionagem... Eu não vou falar desse jeito como o Deputado Jorge falou, mas não seria caracterizada uma atividade de inteligência, seria outra coisa.

Então, vejam bem, eu queria falar com o Deputado Arolde e com o Deputado Miro...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Ministro, permita-me uma colocação?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Pois não, Deputado Ivan. Depois eu quero falar...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu quero só dizer a V.Exa. o seguinte: eu não me referi a nenhum Ministro em específico e ao Governo como um todo.

Em segundo lugar, quando se dá uma resposta política, toda política tem uma simbologia. Veja, o próprio Presidente Obama suspendeu, por razões dele, a reunião com a Rússia porque o Snowden estava no aeroporto de Moscou.

Então, veja, tem que dar uma resposta política. Para mim, não é ir à ONU para chiar. A ONU também nós sabemos o que é. Então, respostas são políticas e simbólicas — desculpe-me, insuficientes.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - É uma avaliação, Deputado. Eu concordo em parte com V.Exa.

Mas eu queria dizer que — disse o Deputado Miro e, antes dele, o Deputado Arolde de Oliveira, que a Internet não pode ser governamental — ela não é governamental, e não é governamental em todos os países do mundo; só é governamental em um país. Só em um país a Internet é um anexo de um departamento de Estado, o Departamento de Defesa: Estados Unidos. Na China também deve ser, não sei.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mas V.Exa. não gosta disso.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Hã?

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - V.Exa. não gosta isso.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Não gosto disso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Eu estou dizendo, Deputado... Não, o marco civil não tem nada disso. Ninguém está propondo



controlar a Internet. Nós estamos propondo coisas bastante diferentes. Estamos propondo colocar normas que assegurem que o que está na Constituição seja cumprido também na Internet. Um *e-mail* tem que ser inviolável como uma carta é inviolável.

Vou contar uma coisa a V.Exas. Em dezembro nós tivemos uma reunião em Dubai, da OIT, e fomos para lá. A tese do Brasil é a seguinte: nós precisamos ter uma governança multilateral. Tem gente que defende, inclusive — o que eu acho que é bom —, que deve ser multissetorial, que muitos setores estejam representados. Então, vamos fazer um organismo internacional para gerenciar a Internet. Essa é a nossa tese.

Na época, os países que eram contra isso diziam o seguinte: “*Vocês querem ajudar a controlar a Internet. Vocês querem fazer censura, controle na Internet*”. Não, não é verdade. O Google é uma empresa... Tem gente que acha que o Google é uma ONG; o Google é uma empresa poderosa, gigantesca. Soltou uma carta em 40 idiomas, simultaneamente — quem tem força faz. Botou-a no *site* em 40 países, em 40 línguas diferentes, dizendo que aquilo era uma articulação para países interferirem na Internet, para tentarem monitorar a Internet, para tentarem obter informações indevidamente. Está no ar esse *site*, posso lhe mandar.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Não, eu conheço. Eu conheço e sou contra também, porque eu acho que não se deve fazer isso aqui.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - E vou dizer mais: o Larry Page, Presidente do Conselho de Administração do Google, escreveu um livro, com outro executivo da empresa. Ele, com certeza, conhece o assunto e tem condição de discorrer sobre o futuro da Internet. Ele prognostica que, daqui a alguns anos, a Internet vai sofrer interferência dos países, que vão querer monitorar conteúdo, vão querer obter informações, vão querer censurar e fazer atividades de segurança em cima da Internet, e que isso tende a levar a um fracionamento da rede por países ou por blocos. Ou seja, o que vai acontecer? Os países, para se defender desse mecanismo “hipotético” — hipotético eu vou colocar entre aspas — que ele estava descrevendo, vão criar barreiras, vão criar fronteiras nacionais na Internet, porque não vão querer ser monitorados desse jeito. O livro dele vai nessa linha. Mas o que ele estava descrevendo não era um caso futuro, ele estava descrevendo o que

[CD35] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:44 Taq.:Marina
Hernandes Rev.:



acontece hoje, estava descrevendo um mecanismo que ele conhece muito bem e que funciona hoje.

Então, Deputado Miro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Não só conhece como colabora.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Então, Deputado Miro, achar que a Internet é livre... A Internet é usada para fazer negócios, para fazer convivência, para trocar informação. Ela importantíssima. Mas a verdade é que só há um país onde ela é um órgão governamental: os Estados Unidos. Não tenha dúvida nenhuma sobre isso.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Então vamos deixar só lá.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Eu não sei. Eu acho que nós deveríamos deixar em uma governança multilateral.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ou montar para lá.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Essa é a nossa visão.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Eu peço desculpas, mas tenho que sair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Obrigado, Ministro Paulo Bernardo.

Passo a palavra ao General Sinclair.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu queria pedir a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Sim.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É só para dizer o seguinte: eu sou baixinho também, tenho 1,69 metro, mas não tenho nenhum tipo de preconceito. Só quero dizer que o Ministro não respondeu uma pergunta importante: por que se vende, na Praça da Sé, ficha corrida? Por que se vende, na Praça da Sé, lista de Imposto de Renda, a 500 reais ou a 1.200 reais? Por que não há, por parte do Governo, uma resposta efetiva? O Deputado Imbassahy perguntou, eu perguntei também, e o Ministro não respondeu. Ele buscou um subterfúgio nessa questão menos importante que eu coloquei, mas não respondeu um fato como este. O Ministro tem alguma responsabilidade? O representante do sistema de informações



está aqui presente. Como pode o cidadão ter segurança na sua vida privada se isso acontece? Era só essa a resposta que eu queria do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Está certo, Deputado. Eu acho que essa é uma questão de polícia.

Tem a palavra o Sr. General Sinclair.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - V.Exa. respondeu por ele então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Acho que isso é óbvio, não é? É uma questão de polícia, de Polícia Federal.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Deputado Macris, só uma coisa que eu acho que é importante. Eu não sei por que vendem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - É crime.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Mas uma coisa que eu acho importante em relação a isso que V.Exa. está dizendo e que eu devia ter dito na minha exposição e não disse é a seguinte: essa bisbilhotice sobre a rede não é só para combater terrorismo ou para combater crime organizado. Eu tenho certeza de que isso envolve... Aliás, o Snowden... O Snowden não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - O Blum.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - O jornalista disse que isso envolve questão de espionagem industrial, espionagem comercial, espionagem diplomática, como já foi referido.

Eu acho que esse episódio que aconteceu com o TSE mostra a importância que tem, do ponto de vista econômico, esse conjunto de informações. Quer dizer, além disso, nós estamos abastecendo constantemente os *data centers* nos Estados Unidos com informações preciosas, que talvez sejam até mais atualizadas do que as do TSE, viu, Deputado Arolde?

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Presidente Nelson Pellegrino, como eu tinha feito também essa indagação ao Ministro Paulo Bernardo, que me respondeu praticamente tudo, ficou restando essa questão.

Não se trata de uma questão que pudesse ser restrita a um caso de polícia — desculpe a discordância. Eu acho que é uma questão de proteção ao cidadão, até porque esses cadastros estão sob a guarda do poder público, do Governo Federal. Eu não conheço nenhum caso de um cidadão americano comercializar no Central

[CD36] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:45 Taq.:Marina
Hernandes Rev.:



Park, em Nova York, cadastro de americanos. Não existe isso. Mas na Praça da Sé há essa ocorrência.

Então, a indagação que eu fiz e reitero é: que tipo de movimento, que tipo de reação pode e deve o Governo Federal, através de seus órgãos de inteligência, muitos deles aqui representados, e também de V.Exa., Ministro, fazer para assegurar que essa privacidade possa, como deve, ser preservada para todos nós, brasileiros? Nesse sentido é que foi feita a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Eu acredito que nós vamos ter desdobramentos desta audiência, e os órgãos que têm essa responsabilidade serão chamados a falar. Acho que as falas anteriores aqui, inclusive, são reveladoras das providências que estão sendo adotadas pelo Governo, inclusive no âmbito do SERPRO e de outros, para fazer a proteção.

Eu digo que é um caso de polícia porque eu acho que, independentemente da proteção, mas com os recursos cibernéticos que nós temos hoje, o que não pode ocorrer é o cidadão ficar comercializando esses dados. Então, eu acho que as autoridades têm que tomar providências para garantir que não haja invasão, não seja vazada essa informação, mas acho que a Polícia Federal tem que atuar e prender mesmo. Isso é um caso de polícia, que tem que ser reprimido como tal, porque é um crime. Esses dados são constitucionalmente protegidos, e quem os viola e quem os comercializa estão cometendo um crime.

Com a palavra o General Sinclair.

O SR. SINCLAIR JAMES MAYER - Só para apontar para um aspecto positivo e otimista, em relação às tecnologias, que são a área que me cabe analisar mais de perto, pois sou chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia, no caso da Defesa, há pouco tempo atrás, nós fizemos dois desafios à indústria nacional, à tecnologia nacional, que foram muito bem respondidos. É o caso de um simulador de defesa cibernética, que foi totalmente desenvolvido no Brasil, em tempo recorde, e o primeiro antivírus nacional. Os antivírus que nós utilizamos, em geral, são importados e alimentam bancos de dados também fora do País. Nós já estamos usando esse antivírus, que tem o nome ainda simbólico de "BR-Brasil", em milhares de máquinas, com bons resultados.



Então, a indústria, se convocada, se incentivada, eu acho que responde rápido. Em *software*, eu acho que o Dr. Mandarin até concorda comigo, nós somos bons, não é? O senhor também... Temos condições de reagir rápido.

Muito obrigado.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Agradeço ao General.

Com a palavra o Dr. Raphael Mandarin.

O SR. RAPHAEL MANDARINO JÚNIOR - Muito obrigado.

Deputado Arolde de Oliveira, o senhor me fez uma pergunta, e eu vou respondê-la diretamente.

Com relação ao TSE, eu não tenho nenhuma dúvida de que houve um problema técnico, uma falha qualquer. Mas a Ministra Cármen Lúcia já corrigiu e suspendeu esse convênio.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RAPHAEL MANDARINO JÚNIOR - Eu não sei. Acho que ela já fez essa declaração. De qualquer forma, é outro Poder. Nós não temos nenhuma capacidade de fazer qualquer ingerência nesse outro Poder.

Com relação à Receita, eu não tenho nenhuma dúvida de que foi um comportamento errado de algum servidor, que vendeu um documento que está sendo replicado lá. Hoje a Receita está toda protegida, com *token*, mas acontece.

Aliás, estamos falando aqui de um vazamento exatamente igual ao do Snowden, ele também roubou informação. Como aconteceu nesta Casa aqui, numa audiência pública — os senhores sabem mais do que eu —, um operador de áudio terceirizado daqui vendeu uma fita que resultou no assassinato dos guardas penitenciários em São Paulo. Foi um vazamento aqui. Isso foi noticiado e saiu em capa de jornal.

O grande problema de segurança de informação é recurso humano. Por isso, eu insisto tanto em capacitação, porque o recurso humano é por onde 80% das informações, segundo as estatísticas, **vazam**. E a gente tem que trabalhar para que esse recurso humano seja consciente daquilo que ele vai fazer, porque eu acho que a gente não vai poder defender isso do ponto de vista tecnológico.

[CD37] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:46 Taq.:Denise
Miranda Rev.:



Com relação à criptografia, a que eu tenho me referido o tempo todo, ora, os roteadores que nós temos aqui no Brasil têm *backdoor* ou por lei ou porque é interesse de outro país. São duas grandes empresas que fazem isso. E o que a gente vai fazer? Vamos proibir esses roteadores? Nosso mercado é muito pequenininho, eles param de vender. A gente vai fazer o quê? O que a gente tem que saber é ter consciência e se proteger disso.

O que o Governo Federal está fazendo num primeiro momento é criptografar seus dados sensíveis. Já existe uma norma sobre nuvem de que dados sensíveis de governo não podem sair do Brasil; está escrito lá. Então, eu acho que a gente tem que se proteger, na medida em que a gente pode no momento, e olhar para o futuro. Nós temos que ter um domínio tecnológico, principalmente — acho que foi o senhor que falou, Deputado — o domínio de alguns equipamentos de que precisamos e que são sensíveis, principalmente roteadores, *switches*, essas coisas. Eu acho que é o caminho é esse.

Só adiantando o final, estou extremamente feliz de estar aqui. Em 2006, eu participei de uma reunião da CREDEN, do Governo, quando falei pela primeira vez sobre segurança cibernética. Estava presente a atual Presidente, Comandos da Força. E foi o silêncio mais constrangedor da minha vida quando eu terminei meus 3 ou 4 minutos lá. Em 2006, ninguém tinha a mínima preocupação com isso. E, hoje, está aqui nesta Casa. Quer dizer, é daqui que saem as leis que a gente tem que cumprir. Eu estou muito feliz por isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Dr. Otávio Cunha, por favor.

O SR. OTÁVIO CARLOS CUNHA DA SILVA - Como representante da ABIN, eu só tenho a dizer que nós estamos pesquisando e continuamos pesquisando nesses 30 anos e vamos continuar pesquisando por muitos anos.

Essa questão da criptografia eu acho fundamental. Esse apoio que a gente fornece à comunicação de Estado é fundamental. Acredito que o papel da ABIN, que está na sua lei, a Lei nº 9.883, é a proteção da sociedade e do Estado brasileiro. Então, continuaríamos nessa luta.



Acredito que não é possível imaginarmos que essas coisas não acontecerão nem agora, nem no futuro. Temos que estar preparados para combater esse tipo de coisa.

Então, é criptografar a informação, proteger as nossas redes e investir na nossa tecnologia.

Basicamente, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Não havendo mais nenhum debatedor, eu vou passar a palavra ao Deputado Paulo Abi-Ackel, para que possa encerrar a reunião.

Antes, porém, fico tentado a encerrar a minha fala parafraseando o Deputado Macris. Eu diria: baixinhos de todo o mundo, uni-vos. *(Risos.)*

Passo a Presidência ao Deputado Paulo Abi-Ackel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Só me resta agradecer muito a presença, em primeiro lugar, do Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo; das demais autoridades, General Sinclair, Dr. Raphael Mandarino, Dr. Otávio Cunha; especialmente o Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado José Carlos Araújo; especialmente o Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Quero agradecer e pedir a compreensão das senhores e dos senhores que participariam do segundo e terceiro blocos.

Agradeço a todos, na pessoa do professor da Universidade Católica de Minas Gerais, que, de maneira espontânea, demonstrou interesse de participar e de contribuir com este debate, Dr. Gustavo Torres, que veio de Belo Horizonte às suas expensas para debater o tema. Tem sido fundamental nos estudos da Comissão, já na última reunião.

Quero agradecer as Sras. e Srs. Parlamentares da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Quero convidar a todos — é um convite — para que estejam presentes na sequência desta reunião, na terça-feira, e quero fazer um apelo ao Ministro das Comunicações, ao General Sinclair, ao Dr. Raphael Mandarino, ao Dr. Otávio Cunha, para, na medida do possível, de forma que as suas respectivas agendas assim permitam, possam estar aqui conosco para esse debate, que foi



importantíssimo, marca, sem dúvida nenhuma, os nossos trabalhos aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia. Foi uma manhã extremamente importante para o debate do setor. Eu, pessoalmente, estou gratificado em poder ser Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia no momento em que esses debates estão ocorrendo no Brasil.

Quero acreditar que o Governo Federal dará, sem dúvida nenhuma, como aqui desejou o Deputado Ivan Valente e o Deputado Vanderlei Macris, uma resposta à altura da importância da nossa Nação no cenário mundial às autoridades americanas.

Lembro que a Presidente da República — e aqui não faço, meu caro Ministro, de forma nenhuma, partidário da Presidência, de forma alguma, sendo eu do PSDB; o debate tem-se pautado sempre pela técnica —, Dilma Rousseff, declarou ao jornal *O Estado de S.Paulo* que havia risco de quebra da soberania nacional. Portanto, é por isso que nós estamos aqui interessados em debater o assunto, com a presença de V.Exa., sempre tão disponível, sempre tão aberto a enfrentar os problemas, sempre tão disposto a vir a esta Comissão. Portanto, mais uma vez, o meu muito obrigado em nome de toda a Comissão.

Eu vou declarar o encerramento dos trabalhos, comunicando, infelizmente, aos membros da Comissão de Ciência e Tecnologia que, imediatamente a seguir, por força do calendário, esta Comissão terá de dar início, meu caro Deputado Jorge Bittar, Vice-Presidente; Sras. e Srs. Parlamentares da Comissão, a uma reunião brevíssima, deliberativa e extraordinária da Comissão para votação, em poucos minutos, salvo debates que se façam necessários, das sugestões de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, tendo em vista que o prazo se esgota amanhã e será arriscado não haver o quórum amanhã para tal finalidade.

Muito obrigado a todos.

Agradeço e declaro encerrada a audiência.

[CD38] Comentário:
Sessão:1101/13 Quarto:47 Taq.:Denise
Miranda Rev.: